



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA DO MARANHÃO

JULIANA CARNEIRO BARBOSA CORDEIRO

“A DEUSA DO LAR”:

ideal feminino no contexto da modernização em São Luís nas décadas de 1930
a 1950

São Luís
2012

JULIANA CARNEIRO BARBOSA CORDEIRO

“A DEUSA DO LAR”: ideal feminino no contexto da modernização em São Luís nas décadas de 1930 a 1950.

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em História do Maranhão da Universidade Estadual do Maranhão como requisito à obtenção do título de Especialista.

São Luís
2012

Cordeiro, Juliana Carneiro Barbosa.

“A deusa do lar”: ideal feminino no contexto da modernização em São Luís nas décadas de 1930 a 1950 / Juliana Carneiro Barbosa Cordeiro.– São Luís, 2012.

...95 f

Monografia (Especialização) – Curso de Historia do Maranhão, Universidade Estadual do Maranhão, 2012.

Orientador: Profa. Elizabeth Sousa Abrantes.

1. Ideal feminino. 2. Modernização. 3. Gênero. 4. República. 5. São Luis.
I. Título

CDU: 94(812.1)-005.2

JULIANA CARNEIRO BARBOSA CORDEIRO

“A DEUSA DO LAR”: ideal feminino no contexto da modernização em São Luís nas décadas de 1930 a 1950.

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em História do Maranhão da Universidade Estadual do Maranhão como requisito à obtenção do título de Especialista.

Aprovada em: 28/09/2012

BANCA EXAMINADORA

Elizabeth Sousa Abrantes

Prof.^a Dr.^a Elizabeth Abrantes (Orientadora)
Professora do Departamento de História e Geografia
Universidade Estadual do Maranhão

Adriana de Sousa Zierer

Prof.^a Dr.^a Adriana de Sousa Zierer
Professora do Departamento de História e Geografia
Universidade Estadual do Maranhão
1º Examinador

Júlia Constança P. Camelo

Prof.^a Dr.^a Júlia Constança Pereira Camelo
Professora do Departamento de História e Geografia
Universidade Estadual do Maranhão
2º Examinador

À Deus.
À minha querida mãe Lêda
Ao meu esposo José Barbosa
À minhas irmãs Fátima e Jussara
Ao meu irmão Gileno Júnior

AGRADECIMENTOS

Não posso chegar ao fim deste trabalho árduo, difícil sem agradecer a todos que muito me ajudaram.

À Deus pelo dom da vida e pela paz espiritual.

À querida professora e amiga Elizabeth Abrantes pela orientação precisa, pelo carinho e paciência, por me ajudar e incentivar sempre, por ser um exemplo de profissional dedicada e comprometida com a educação.

À minha família pelo amor, carinho, apoio e paciência, sabendo entender as angústias e irritabilidade dos momentos difíceis.

À minha mãe, grande amiga e companheira, por estar sempre ao meu lado, dedicando cuidado, carinho e amor, não sei o que seria de mim sem você.

Ao meu pai pelo carinho e apoio.

Ao meu esposo por estar presente em todos os momentos, pelo amor, cuidado e compreensão.

À Íris Guaraci, Raimunda Ascensão, por me incentivarem sempre e acreditarem em mim.

Aos meus irmãos Gileno e Jussara por sempre se mostrarem disponíveis em me ajudarem e a minha irmã e amiga Maria de Fátima que mesmo distante me incentiva sempre.

Ao meu sobrinho e amigo Daniel por está sempre disposto a me ajudar.

À minha grande amiga Carmem, eterna companheira. Obrigada por acreditar em mim e está sempre ao meu lado em todos os momentos.

À minha amiga Nilde pela paciência e disponibilidade em me ajudar sempre.

À minha amiga de trabalho Fátima Regina companheira e grande incentivadora.

À amiga Zilda pela contribuição na tradução do resumo.

Aos colegas do curso de especialização em História do Maranhão, por estarem presentes nesta caminhada, em especial, a amiga Glória pela ajuda na coleta das fontes e por me manter sempre informada.

Aos professores do curso de especialização em História do Maranhão pelos ensinamentos, carinho e compreensão.

A todos que direta ou indiretamente ajudaram na realização desse trabalho, meus profundos agradecimentos.

Nesta “província”, as mulheres, com talvez algumas poucas exceções, ainda fazemos questão da nossa realeza, ainda nos orgulhamos do nosso trono, ainda ostentamos com altivez a nossa coroa.

Jornal do Povo em 17 de maio de 1950

RESUMO

Estudo sobre o ideal feminino no contexto da modernização em São Luís nas décadas de 1930 a 1950, objetivando analisar o surto de modernização que marcou este período e os discursos sobre o feminino relacionados à saída das mulheres para os espaços públicos, com o reforço do ideal da mulher, mãe, esposa e dona de casa. Os governantes do Maranhão do período de 1930 a 1950, especialmente os interventores, representavam a orientação política do poder central, seguindo à risca as orientações da ideologia do governo de Vargas, onde a família, o trabalho e a pátria eram os pilares, recuperando valores e conceitos ligados à religião, à disciplina e à moral. A mulher representava um instrumento importante no projeto modernizador e disciplinador do governo, vista como a mãe-cidadã, a mulher que preparava os futuros cidadãos do país, responsável pela harmonia da família e pela manutenção dos valores morais da sociedade. Por isso, a importância de mantê-la no lar, no cuidado com os filhos e sob a 'proteção' do marido.

Palavras-chave: Ideal Feminino. Modernização. Gênero. República. São Luís.

ABSTRACT

Study about the feminine ideal in the context of modernization in São Luís in the decades from 1930 to 1950, aimed at analyzing the outbreak of modernization that marked this period and discourses about the feminine related to entrance of women into public spaces, with the strengthening of the ideal woman, mother, wife and homemaker. The leaders of Maranhão in the period from 1930 to 1950, especially the interventionists, represented the political orientation of the central power, closely following the guidelines of the government's ideology of Vargas, where family, work and home were the pillars, and retrieving values concepts related to religion, morals and discipline. The woman represented an important instrument in modernizing project and disciplinarian government, while the mother was a citizen, who was preparing the future citizens of the country, responsible for family harmony and the maintenance of the moral values of society. Therefore, the importance of keeping it at home, in child care and under the 'protection' of her husband.

Keywords: Ideal Female. Conservative modernization. Gender. Republic. São Luís.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Avenida 10 de Novembro em Construção.....	28
FIGURA 2: Largo do Carmo e Primeiro Abrigo Público de São Luís.....	29
FIGURA 3: Propaganda Publicitária.....	40
FIGURA 4: Charge Na Rua ou em Casa.....	41
FIGURA 5: Propaganda Publicitária.....	52
FIGURA 6: Família Ramos.....	66

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. . “NA MARCHA DO PROGRESSO”: as reformas urbanas em São Luís na administração de Paulo Ramos.....	21
2. MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA: o ideal feminino em São Luís na era Vargas.....	36
3. A DEUSA DO LAR: o modelo feminino burguês e o exemplo das primeiras damas.....	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS:	85
REFERÊNCIAS.....	87
ANEXOS.....	92

INTRODUÇÃO

Durante séculos as mulheres foram esquecidas e ignoradas pelas pesquisas históricas, os estudos priorizavam apenas as ações masculinas. A partir de 1970, a história das mulheres começou se desenvolver com mais força nas universidades, influenciada pelo crescimento do movimento feminista, pela Antropologia, pela História das Mentalidades e utilizando as contribuições da História Social.

A História Social, com seu novo campo de atuação e um conjunto novo de abordagens, veio trazer importantes contribuições para a História das Mulheres e legitimar este campo de estudo, á medida que ampliou os objetos de investigação e incorporou outros grupos sociais, tais como: camponeses, escravos, operários, professores como sujeitos históricos¹.

Os historiadores sociais realizaram estudos sobre “o efeito da industrialização sobre as mulheres e outros sobre a cultura das mulheres como produto tangível da experiência social” e juntamente com a História das Mulheres observaram que as mulheres eram uma categoria e por isso uma entidade social dissociada da categoria homem².

A emergência da História das Mulheres ficou então entrelaçada com a emergência da categoria das “mulheres” como uma identidade política, e esta foi acompanhada por uma análise que atribuía a opressão das mulheres e sua falta de visibilidade histórica à tendenciosidade masculina³.

A produção sobre as mulheres se fazia necessária para incluir a presença feminina e corrigir a História que antes não as contemplava. Assim, “nomear, identificar, quantificar a presença das mulheres nos lugares, nas instancias, nos papeis que lhes são próprios, aparece como uma etapa necessária, um justo retorno das coisas”⁴.

¹ SCOTT, Jean. História das Mulheres. In. BURKE, Peter (org). **A Escrita da História Novas Perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 81.

² Ibid., p. 83.

³ Ibid., p. 84.

⁴ SOIHET, Rachel. **Condição feminina e Formas de Violência: mulheres pobres e ordem urbana – 1890/1920**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. sem.de2000, p.07. p.11.

O filósofo Michel Foucault⁵, com suas teorias sobre mulher e sexualidade feminina, criticou o “universalismo” e o “essencialismo”, identificando as relações entre homens e mulheres como sendo relações políticas e essas contribuições para a história das mulheres tornaram-se uma base conceitual para os estudos sobre gênero. Os estudos de Foucault vieram somar com a história das mulheres por trabalhar com mulheres comuns: mães boas ou ruins, amantes, esposas fieis e infiéis, as frígidas, as ardentes, e por utilizar uma variedade de fontes, tais como: arquivos judiciais ou policiais, correspondências, diários.

Ao mostrar em que contexto nascem a figura da mãe triunfante e subjugada, ou a da histórica, Michel Foucault rompe resolutamente com o eterno feminismo dos médicos e dos biólogos cujos discursos, nos séculos 18 e 19, reforçavam a subjeção das mulheres a seu corpo e a seu sexo (...)⁶.

Na historiografia brasileira, os estudos sobre as mulheres também ganharam força na década de 1970. A obra da socióloga Heleieth Saffioti, *A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade*, de 1976, por ser uma das pioneiras nesse campo de estudo e por tratar da posição da mulher na sociedade capitalista brasileira, torna-se uma referência importante neste trabalho. Segundo a própria autora, seu “estudo visa apreender os mecanismos típicos através dos quais o fator sexo opera nas sociedades de classe de modo a alijar da estrutura ocupacional grandes contingentes de elementos do sexo feminino”⁷. Sua análise das primeiras décadas republicanas, destacando a instrução, o trabalho e as manifestações feministas servem para compreensão das lutas, limites, avanços e recuos das mulheres, apontando as contradições do próprio sistema capitalista através da análise da situação da mulher nesse período.

No campo da História, os trabalhos de Rachel Soihet⁸ abordando o movimento feminista e o papel de Bertha Lutz na liderança pela luta do voto feminino, no início do século, bem como a condição feminina e as formas de violência na cidade do Rio de Janeiro, destacam a luta das mulheres por direitos civis e políticos e a ação das mulheres pobres na luta pela sobrevivência.

⁵ PERROT, Michele **As Mulheres e os Silêncios da História**. São Paulo: EDUSC, 2005. p. 501.

⁶ Ibid. p. 501.

⁷ SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A Mulher na Sociedade de Classe: Mito e Realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976. p. 15.

⁸ Cf. SOIHET, Rachel. **O Feminismo Tático de Bertha Lutz**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006; SOIHET. **./ A História das Mulheres. Cultura e Poder das Mulheres: Ensaio de Historiografia**. In: Revista Gênero, v.02,n.01, (tese).

Com a ampliação dos estudos sobre as mulheres e a necessidade de uma formulação teórica sobre as distinções fundadas sobre o sexo, incorporou-se nesses estudos, a partir dos anos 80, o conceito de Gênero como categoria analítica da diferença entre os sexos e da diferença dentro da diferença, reconhecendo a multiplicidade do masculino e do feminino e desconstruindo as perspectivas essencialistas e homogeneizadoras sobre os sexos.

Joan Scott⁹ afirma que mais recentemente o termo “gênero” foi utilizado como sinônimo de “mulheres”. Assim, durante alguns anos, as produções historiográficas que tinham como tema a história das mulheres, substituíram o termo “mulheres” para o termo “gênero”, em seus títulos. Com isso, o termo “gênero” objetiva “indicar a erudição e a seriedade de um trabalho, pois gênero tem uma conotação mais objetiva e neutra do que “mulheres”, adquirindo, então, um caráter científico”. A expressão “história das mulheres” está associada a posicionamentos políticos, colocando as mulheres como sujeitos históricos. Por outro lado, o “gênero” não nomeia as mulheres, portanto não oferece ameaça crítica. O termo pode ser utilizado tanto para se referir sobre informações a respeito das mulheres como sobre os homens, ou seja, este uso do termo não separa o estudo e as interpretações sobre as relações sociais entre os sexos.

Na década de 1990 os trabalhos sobre as relações de gênero se multiplicaram, com a expansão dos cursos de pós-graduação, resultando na publicação de coletâneas, com artigos resultantes de teses, bem como na produção de revistas especializadas.

No artigo “Recônditos do Mundo Feminino”, da coletânea *História da Vida Privada*, as autoras Marina Maluf e Maria Lúcia Mott¹⁰ discutem as mudanças ocorridas no comportamento feminino durante as três primeiras décadas do século XX no Brasil, destacando as ‘ousadias’ cometidas pelas moças das elites e o reforço dado pelos conservadores no tocante ao comportamento feminino “ideal”. Através de uma visão panorâmica, mostram como o discurso conservador tentava conter as manifestações femininas, defendendo a permanência inabalável do casamento, considerando imoral

⁹ SCOTT, op., cit.

¹⁰ MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. **Recônditos do Mundo Feminino**. In. SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da Vida Privada no Brasil: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. V.3.

qualquer união que não fosse a matrimonial e depositando no casamento a sustentação da ordem social. Esse discurso contribuía para reforçar a desigualdade de papéis desempenhados pelo homem (provedor da casa, responsável pela administração patrimonial da família.) e pela mulher (mãe, esposa, dona de casa.) no matrimônio. O trabalho mostra ainda como algumas mulheres usavam as revistas femininas para cobrar educação para as mulheres, além de outras reivindicações, até mesmo maior tolerância e compreensão do marido. Apresenta também o exemplo de Ercilia Nogueira Cobra, que ousou desafiar os valores burgueses, reivindicando o amor livre e mais educação para as mulheres, como a dispensa do homem no sustento e educação dos filhos.

Outra obra importante é *História das Mulheres no Brasil*, coletânea de textos organizada por Mary Del Priore¹¹, que reúne várias abordagens sobre as mulheres e as relações de gênero do Brasil, da colônia aos dias atuais. Traz artigos resultantes de pesquisas de doutorado de várias historiadoras, tratando temas como sexualidade, loucura, família, maternidade, educação, trabalho e movimento de trabalhadoras. Um livro rico em fontes documentais que mostra diversos enfoques sobre as mulheres, sejam ricas ou pobres, escravas ou livres, negras, índias ou brancas, esposas ou concubinas, heterossexuais ou lésbicas, mostrando a diversidade das mulheres.

Um artigo dessa coletânea que serviu de parâmetro para esta pesquisa foi *Mulheres dos Anos Dourados*, da historiadora Carla Bassanezi¹², que mostra como nos anos 1950 mais uma vez a idéia tradicional da mulher como modelo de mãe, esposa, dona de casa se renovava. Apesar das mulheres terem conquistado diversos espaços (educacionais, profissionais), a diferença dos papéis entre homens e mulheres continuavam presentes. Verifica a ampliação da mulher no mercado de trabalho, como este era ainda cercado de preconceitos, sendo considerado inferior em relação aos dos homens. Aponta as reflexões da influência estrangeira que após a segunda guerra mundial pregavam o retorno das mulheres ao lar e aos valores tradicionais. Uma das fontes utilizadas pela autora foram as revistas femininas, a fim de perceber como classificavam o ser mulher nos anos dourados. Essa classificação era a de mãe e esposa dedicadas ao lar, valores que representavam a feminilidade, enquanto a dedicação ao trabalho, a força, o espírito aventureiro significava a masculinidade.

¹¹PRIORE, Mary Del (org). **Historia das Mulheres no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2000.

¹²BASSANEZI, Carla. *Mulheres dos Anos Dourados*. In: PRIORE, Mary Del (org). **Historia das Mulheres no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2000.

As revistas femininas serviam para dar conselhos e impor comportamentos, por isso pregavam que usar roupas ousadas, sensuais, sair com muitos rapazes diferentes, manchava a reputação da moça que dificilmente casaria, pois ninguém queria uma esposa mal falada. Outra preocupação dos conservadores era com os filmes americanos e a literatura, por representarem maus exemplos de comportamento para as mulheres.

No tocante a sexualidade, Bassanezi mostra como esta era tratada de forma diferenciada para os homens e as mulheres. Ao sexo feminino a sexualidade era repressiva, já aos homens poderiam praticá-la livremente. A virgindade feminina representava uma condição para o casamento, pois o código civil colocava a possibilidade de anulação do matrimônio caso a mulher não fosse mais virgem. Como o rapaz procurava obter sexo com as mulheres pobres, esse critério de valorização da mulher servia também para reforçar a desigualdade social.

Um dos estudos mais importante para a análise da condição feminina nesse período da primeira metade do século XX, com enfoque na política conservadora de Vargas no tocante as mulheres, é a tese da historiadora norte-americana Susan Besse¹³, *Modernizando a Desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil – 1914/1940*, onde aponta as mudanças de comportamento feminino após a primeira guerra mundial, seguindo o ritmo do desenvolvimento econômico do país, buscando consolidar um novo sistema de gênero que fosse mais compatível com a modernização do país. No entanto, a era Vargas representou um retrocesso nesse sentido, pois a questão feminina foi tratada no sentido mais conservador, reforçando a desigualdade de gênero.

Segundo Besse, as mulheres passaram a ser mais solicitadas a aparecer nas revistas, utilizadas como garotas propaganda por anunciantes, uma vez que representavam também um público consumidor em potencial. Estas revistas que a autora chama de “literatura normativa”, estabeleciam “novos deveres às mulheres”, ensinando como satisfazer as exigências que a cada dia aumentava em relação a elas. A autora apresenta os discursos dos intelectuais da época (médicos, juristas, educadores, psiquiatras), que tentavam estabelecer padrões de educação e saúde feminina.

¹³BESSE, Susan K. **Modernizando a Desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil 1914-1940**. São Paulo: USP, 1999.

Demonstra as conquistas das mulheres, como o voto feminino, participação no mercado de trabalho e educação, como as mulheres das classes mais favorecidas aproveitavam as oportunidades para reivindicar seus direitos civil e jurídico, protestando contra a submissão feminina em relação aos homens e os excessos cometidos pelo sexo masculino dentro e fora do lar.

Como mostra a autora, os intelectuais e profissionais do período, defensores do “progresso”, temiam que essas aberturas levassem à desordem social. Por isso, defendiam a família como instituição essencial para conquista do progresso econômico. Viam o casamento como importante instrumento para a superação “da raça”. Por isso, reforçavam que o melhor papel destinado à mulher era de esposa e mãe. O trabalho enfatiza ainda as políticas econômicas do governo de Vargas, com o forte controle do estado sobre as relações interpessoais privadas e a permanência do discurso voltado na defesa e manutenção da família, como base da vida social e política.

Outra brasilianista com contribuição importante para a historiografia sobre as mulheres é June E. Hahner, que desde a década de 1970 desenvolve pesquisas sobre a história das mulheres brasileiras. Seu livro *Emancipação do Sexo Feminino*¹⁴ reúne resultados de várias dessas pesquisas, especialmente sobre o movimento feminista e sufragista brasileiro. Apresenta um panorama sobre o mundo feminino desde 1850 a 1940, destacando as pioneiras em defesa dos direitos da mulher e a luta feminina por educação, emprego e voto.

A obra de Hahner mostra a evolução do movimento feminista, como ele surge nas camadas sociais mais elevadas da população brasileira, suas estratégias para conseguir a adesão de homens e mulheres dessas classes, especialmente os que tinham o poder de mudar as leis. Na década de 1920 cresce no Brasil as reivindicações das mulheres por melhoria nas condições sociais, influenciadas pelos movimentos sufragistas internacionais, pelos contextos das revoltas militares e insatisfações de intelectuais e da classe média urbana, que desejava desenvolvimento e reforma política. Na década seguinte a obtenção do voto feminino e a impossibilidade de utilizar esse direito diante do golpe que instituiu o Estado Novo. Assim, analisa a extinção dos direitos conquistados pelas mulheres no período da ditadura Vargas e sua política

¹⁴ HAHNER, June Edith. **Emancipação do Sexo Feminino: A Luta Pelos Direitos da Mulher no Brasil. 1850 – 1940.** Florianópolis: Editora Mulheres, 2003.

conservadora, contra a luta das mulheres por igualdade. Getúlio Vargas era contra a legislação do divórcio e absolveu homens que praticaram crimes em defesa da “honra”.

Desde a década de 1990 os estudos sobre mulheres vêm sendo desenvolvidos no Maranhão, com trabalhos ricos em fontes documentais e que mostram um novo olhar sobre a historiografia. Destacamos algumas obras representativas desse contexto republicano.

A historiadora Marize Helena de Campos¹⁵ em sua dissertação de mestrado sobre a prostituição em São Luís do Maranhão na primeira metade do século XX, mostra como o surto industrial na virada do século provocou o aumento da migração de pessoas para a cidade, tendo reflexos no aumento da prostituição. Explica também as mudanças ocorridas na cidade e a conjuntura política da era Vargas que proporcionou uma maior intervenção do Estado nos espaços públicos e na vida em sociedade, impondo normas de conduta aos ocupantes da cidade. As tentativas dos governos, na conjuntura política varguista, de identificação e controle sobre os novos moradores da urbes, tinha como pilares sociais a família, o trabalho e a pátria. Ao dar voz às prostitutas, a autora destaca como as autoridades tratavam este ofício, as tentativas de segregação da polícia para com estas mulheres, a forte vigilância exercida nos locais dos prostíbulos, e a valorização dada pela sociedade ao modelo de mulher ideal (mãe-esposa-dona de casa).

Yankee Magalhães¹⁶ na sua monografia de graduação intitulada *Gênero e Política: mulheres no legislativo maranhense (1934 – 2001)*, observa como acontecia a introdução da mulher na política partidária e representativa maranhense, destacando suas origens sociais e profissionais, ligações partidárias, tendências políticas e ideológicas e a atuação no parlamento. Apresenta a luta das mulheres no Brasil por direitos como educação, emprego e voto, destacando a luta feminista por esses direitos no Maranhão, bem como a representação e participação política das mulheres maranhenses nesse período, com destaque para a atuação das mulheres no legislativo estadual maranhense, suas origens sociais e trajetórias políticas, projetos, atuações e o comportamento eleitoral.

¹⁵CAMPOS, Marize Helena de. **Maripozas e Pensões: Um Estudo da Prostituição em São Luís do Maranhão na Primeira Metade do Século XX**. São Paulo: 2001. (Dissertação de Mestrado).

¹⁶MAGALHÃES, Yankee Costa. **Gênero e Política: Mulheres no Legislativo Estadual Maranhense (1934 – 2001)**. Monografia (Graduação em História). Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2004.

O estudo de Maria da Glória Costa Pacheco¹⁷ sobre voto e participação feminina no Maranhão na primeira república, também analisa a conquista do direito ao voto pelas mulheres maranhenses e os reflexos desta conquista na sociedade, observando a participação feminina, como eleitora e candidata, nas eleições de 1933 e 1934.

No ano de 2010 os estudos de Maria Glória Costa Pacheco e Yanke Magalhães foram publicados na coletânea *Fazendo Gênero no Maranhão: estudos sobre mulheres e relações de gênero (séculos XIX e XX)*¹⁸, uma obra importante que contribui com a história das mulheres e das relações de gênero no Brasil, enfocando temáticas de gênero que tratam sobre representações do feminino, moda, violência de gênero, educação, trabalho, defloramento, criminalidade feminina, luta pelo voto e participação política.

Para analisar o ideal feminino no contexto da modernização em São Luís entre as décadas de 1930 a 1950, é importante observar o surto de modernização que marcou este período e os discursos sobre o feminino relacionados à saída das mulheres para o espaço público, assim como o exemplo das primeiras damas como modelo do ideal feminino.

Este estudo não pretende focar diretamente todos os grupos de mulheres que compõem a sociedade ludovicense e suas diferentes condições sociais e econômicas, selecionou as mulheres das classes médias e altas, pois essa vida familiar 'ideal' destinava-se principalmente a estas mulheres, cujo tempo e recursos financeiros possibilitavam o exercício dessas funções, e cuja posição social as colocava como modelo para as demais mulheres. Sendo assim, as exigências no sentido de um comportamento exemplar e submissão às normas sociais impostas às mulheres recaíam, principalmente, sobre esse segmento social.

O primeiro capítulo, inicialmente, discute a modernidade política e econômica que marcaram as décadas de 1930 a 1950, com destaque para a política do Estado Novo, que tinha como lema o progresso dentro da ordem. Em seguida analisa o período em que o Maranhão foi governado pelo interventor Paulo Ramos, ressaltando o

¹⁷ PACHECO, Maria da Glória Costa. **O “Segundo Eleitorado”**: Voto e Participação Política Feminina no Maranhão (1900 – 1934). São Luís: 2007. (Monografia de Graduação).

¹⁸ ABRANTES, Elizabeth de Sousa (Org.). **Fazendo Gênero no Maranhão**: estudos sobre mulheres e relações de gênero (Séculos XIX e XX). São Luís: Editora UEMA, 2010.

plano urbanístico da Capital, cujo objetivo, segundo o próprio interventor, era remodelar e modernizar São Luís, que ainda possuía um traçado de 300 anos estabelecido pelo colonizador. Tais melhoramentos possibilitaram a ofertada de alguns serviços públicos, como também abriram espaços de socialização e lazer para a população da cidade.

O segundo capítulo analisa os discursos sobre o feminino, destacando o papel da mulher neste projeto modernizador e disciplinador, onde a mulher era a mãe-cidadã, formadora e educadora dos futuros filhos da Pátria e, portanto, responsável pela harmonia da família e pela manutenção da ordem social. Apresenta os discursos pautados na medicina, que atribuía às mulheres características como doçura, recato e fragilidade e a ideologia vigente que considerava o papel de mãe, esposa, dona de casa próprios da feminilidade. Destaca o crescimento e urbanização da cidade e o aumento da nova classe média que possibilitaram uma maior oferta de oportunidades para as moças, tanto no campo profissional como educacional, ao mesmo tempo em que endurece os discursos sobre o feminino com o intuito de mantê-las no espaço privado do lar. Apresenta a imprensa como propagadora da moral mais tradicional da época, com destaque para os conselhos e propagandas presentes diariamente nos jornais de São Luís.

No terceiro capítulo observa como papeis das primeiras-damas, enquanto esposas de homens públicos, as colocavam como representantes legítimas do modelo de feminilidade vigente em sua sociedade. Analisa a filantropia e o assistencialismo como outra forma de participação pública feminina que marcaram as décadas iniciais do século XX. Percebe como as práticas filantrópicas das décadas de 1930 a 1950 foram marcantes na história brasileira devido à atuação das primeiras-damas, a exemplo de Darcy Vargas na política assistencial, como pioneira, dentre as primeiras-damas brasileiras, na atuação em instituições assistenciais pertencentes à estrutura do Estado. Analisa a atuação das mulheres da elite ludovicense na Associação das Damas da Assistência do Maranhão e as hierarquias de gênero presentes nesta instituição, ajudando a reforçar o discurso conservadores em relação às mulheres.

Para observar o surto de modernização que marcou este período, os discursos sobre o feminino relacionados à saída das mulheres para os espaços públicos, com o reforço do ideal da mulher mãe, esposa e dona de casa, foi necessário analisar as

fontes primárias da época, tais como jornais, relatórios dos governantes, revistas, imagens, leis e decretos e dados estatísticos (censos).

As fontes de imprensa são instrumentos de divulgação de idéias, valores, padrões de comportamentos, nelas encontram-se conselhos, crônicas, poesias, propagandas, reclamações, imagens, que possibilitaram apreender os aspectos do imaginário deste período sobre papéis masculinos e femininos.

Nos relatórios dos governantes do período, buscou-se apreender nos discursos a preocupação de manter os papéis sociais destinados ao masculino e ao feminino. Os relatórios dos governantes também mostraram os melhoramentos urbanos e a intenção de enquadrar a cidade de São Luís nos padrões das cidades modernas. Os dados estatísticos possibilitaram informações sobre serviços e espaços públicos disponíveis ao lazer da população ludovicense.

As fontes, juntamente com a análise da historiografia e dos referenciais teóricos da história social e dos estudos das mulheres e das relações de gênero, possibilitaram um conhecimento mais profundo dessa realidade estudada, a exemplo das mudanças urbanas, com novos espaços de lazer, educação e trabalho para as mulheres; o desenvolvimento econômico do período; a ideologia de gênero e as medidas conservadoras em relação às mulheres.

1. “NA MARCHA DO PROGRESSO”: as reformas urbanas em São Luís na administração de Paulo Ramos

A conjuntura política mundial das primeiras décadas do século XX foi marcada pelos efeitos da primeira guerra mundial e da revolução russa, promovendo um repensar sobre a “democracia representativa parlamentar de cunho individualista”. Em vários países foi adotada uma política de controle social a partir de um estado forte dirigido por um comandante carismático “Esse tipo de política, voltada para as classes populares, desenvolveu-se no período entre as guerras a partir das críticas ao sistema liberal, considerado incapaz de solucionar os problemas sociais”¹⁹.

No Brasil, com a revolução de 1930 e ascensão de Getúlio Vargas ao poder foi se definindo uma política voltada para as classes populares, de cunho antiliberal e antidemocrático, propondo promover “o progresso dentro da ordem”. O Estado Novo brasileiro teve inegável inspiração européia. “Um traço comum foi a crítica à liberal democracia e a proposta de organização de um Estado forte e autoritário, encarregado de gerar mudanças consideradas necessárias para promover o progresso dentro da ordem”²⁰.

A modernidade política e econômica marcou o período de governo Vargas. Os expoentes dessa modernidade econômica estavam expressos na industrialização e na urbanização, com o crescimento do mercado interno, das comunicações e dos transportes. Do ponto de vista da modernização política, o período pós 1930 representava a tentativa de superação do Estado oligárquico com as suas mazelas políticas e administrativas, ampliando a participação política, tendo em vista as medidas iniciais de ampliação do sufrágio, com a permissão do voto feminino, e a lei eleitoral que visava moralizar o processo de eleição no Brasil. Pelo menos em tese o estado brasileiro buscava aplicar o discurso republicano de moralização da coisa pública, visando eliminar práticas consideradas arcaicas como o coronelismo, o patrimonialismo, o clientelismo. Diante da emergência de novas forças sociais na arena política, a exemplo do operariado industrial e das classes médias urbanas, o Estado buscou manter

¹⁹ CAPELATO. O Estado Novo: o que trouxe de novo? .In. FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. V.2. p. 109.

²⁰ Ibid. p. 110.

o equilíbrio da situação atuando como mediador dos conflitos entre capital e trabalho, sendo denominado como um “Estado de Compromisso”²¹.

Com o golpe de 1937 que implantou o Estado Novo, a bandeira dessa nova política era “o progresso dentro da ordem”. Assim, foram adotadas medidas para promover o desenvolvimento econômico e o controle social. A política trabalhista pretendia normatizar as relações entre patrão e empregados e controlar as atividades sindicais. O estabelecimento das leis trabalhistas promoveu atendimento de reivindicações e conquistas de direitos pela classe trabalhadora, mas, também controle estatal nas relações de trabalho.

A propaganda política foi uma arma fortemente utilizada pelo governo para conquistar o apoio da classe popular. “A propaganda e a repressão eram os pilares de sustentação do regime”. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foi criado com a finalidade de produzir a propaganda, promover espetáculos e eventos do Estado. A propaganda tinha como objetivo exaltar a figura do chefe da nação e criar uma “identidade nacional coletiva”, ou seja, a propaganda destinava-se a difundir e a popularizar a ideologia do regime²².

A exaltação da figura de Vargas também estava presente no ensino com a finalidade de formar o pequeno cidadão. Nas escolas as crianças aprendiam a admirar e exaltar o chefe da nação, através de livros que contavam a história de vida do presidente, da infância até a sua chegada ao governo. Um exemplo é o livro *Getulio Vargas para Crianças*, de 1942, onde passava uma imagem positiva do chefe da nação, homem bom, trabalhador e preocupado com o povo.

A intervenção e o controle do governo na produção artística e cultural também se fizeram presente, determinando o que deveria ser produzido e incentivando certos produtos em detrimento de outros. Os órgãos de imprensa, o rádio e os jornais estavam a serviço do governo, eram utilizados como espaço de veiculação da ideologia

²¹ Sobre o assunto ver: GOMES, Angela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

²² CAPELATO. In. FERREIRA, op. cit., p. 124.

do Estado Novo. O governo afirmava que o controle sobre a imprensa serviria para manter a comunicação entre o povo e o chefe da nação²³.

Assim, na ideologia do Estado Novo, que unia “novo e nacional, modernidade e tradição”, os intelectuais tinham grande importância, pois, eram o elo entre o povo e o Estado, além de responsáveis por criar a imagem do governo como educador e orientador da sociedade inexperiente, que necessitava aprender “bons hábitos”²⁴. Diante disso o rádio, o cinema, a música tinha o objetivo de integrar os indivíduos ao novo Estado Nacional.

Neste contexto da era Vargas, mais especificamente, no Estado Novo, o Maranhão foi governado pelo interventor Paulo Martins de Sousa Ramos²⁵ Segundo Meireles²⁶, desde a mocidade este maranhense residia na capital federal, como funcionário graduado do Tesouro Nacional, onde exerceu a função de secretário do diretor geral e do diretor da despesa pública. Por isso, Segundo Meireles, estava alheio as políticas partidárias regionais. Mas, com o golpe do Estado Novo de Getúlio Vargas, que aboliu as liberdades e fechou o parlamento, Paulo Ramos foi indicado Interventor Federal do Maranhão, onde governou o Estado de 24 de novembro de 1937 a 23 de março de 1945. De acordo com Sarney²⁷, o primeiro ato do interventor foi acabar com a Bandeira, Hino e as Armas estaduais. Sem poder legislativo criou um conselho consultivo, e sua administração foi marcada pelo equilíbrio das finanças e das intervenções de um Estado forte e absoluto.

Segundo Meireles²⁸, os nove anos de administração de Paulo Ramos foi um longo período de desenvolvimento que já desfrutou o Maranhão. No interior do Estado destaca-se o plano rodoviário, e na capital São Luís um plano urbanístico que visava à modernização da cidade. A administração de Paulo Ramos foi marcada por um plano de trabalho, visando à recuperação integral do Estado administrativa e economicamente,

²³ VELLOSO, Monica Pimenta. O Modernismo e a questão nacional. In. FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. V.2 p. 158 e 159.

²⁴ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Sinais da Modernidade na Era Vargas: vida literária, cinema e rádio. In. FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. V.2, p. 330.

²⁵ Paulo Ramos foi eleito governador do Maranhão em 1936 pelo voto indireto, e em 1937 nomeado interventor.

²⁶ MEIRELES, Mário M. **História do Maranhão**. São Paulo: Sciliano, 2001, p.331.

²⁷ SARNEY, José. **Maranhão Sonhos e Realidade**. São Luís: Edições AML, 2010, p. 113.

²⁸ MEIRELES, op. cit., p.336.

sendo criado neste período o Banco do Estado, Rádio Timbira e a Fundação Paulo Ramos que mantinha as duas escolas superiores, a de Direito e a de Farmácia e Odontologia.

Sarney²⁹ afirma que, próximo ao fim da Segunda Guerra Mundial, as forças políticas locais voltaram a se organizar, agora lideradas por Victorino Freire³⁰, que acaba provocando a renúncia de Paulo Ramos. Com a saída de Paulo Ramos, o Estado passa a ser administrado pelo jurista Clodomir Cardoso, mas não por muito tempo.

Em seus discursos Paulo Ramos dizia ter como tarefa principal orientar as atividades administrativas no sentido do bem público. No relatório de 1939, Paulo Ramos afirma que o Maranhão encontrava-se em um estado de atraso social. Destacava que as gerações que o precedeu, passaram sem deixar contribuição apreciável para o patrimônio material da coletividade, chegando à primeira metade do século vinte lamentavelmente atrasados na tarefa que caberia levar a termo, para poder atingir o nível do adiantamento já alcançado pela maioria das demais unidades da Federação³¹.

A partir da década de 30, na conjuntura política da Era Vargas, uma onda de modernização vai se espalhar pelo Brasil e diversas cidades brasileiras vão passar por reformas estruturais que objetivavam enquadrá-las nos padrões das cidades modernas. Em São Luís, tanto o governo municipal como o estadual promoveu reformas na estrutura das urbes. Em 1939, o Prefeito Neiva de Santana promoveu reformas na cidade e diversos casarões e igrejas coloniais do centro de São Luís foram demolidas com a finalidade de alargar ruas e avenidas. Entre estas, “a igreja Nossa Senhora da Conceição dos Mulatos, localizada na Rua Oswaldo Cruz, principal artéria comercial de São Luís³²”.

Segundo o interventor Paulo Ramos, “no Maranhão tudo estava por fazer”. Também envolvido pelas idéias modernizadoras realizou um conjunto de obras de melhoramentos na capital do Estado. Em seu relatório de 1939 justificava essa remodelação afirmando que a maioria das ruas de São Luís possuía o traço de trezentos anos estabelecido pelo colonizador, quando ali só circulavam carroças, por isso era

²⁹ SARNEY, op. cit., p. 125.

³⁰ Sobre o assunto ver: COSTA, Wagner Cabral da (Org.). A raposa e o Canguru. In. -----, **História Do Maranhão: novos estudos**. São Luís: Edufma, 2004.

³¹ Relatório do Interventor Federal do Estado do Maranhão, 1939, p. 18.

³² BARROS, Valdenira de. **Imagens do Moderno em São Luís**. São Luís: Unigraf, 2001, p. 41.

urgente o serviço de calçamento, recalçamento e a abertura de novas avenidas no perímetro urbano. Afirmava que as obras empregadas na cidade eram resultantes da política administrativa do governo, cujo objetivo era modernizar a capital³³.

Durante muitos séculos os limites da cidade permaneceram quase inalterados. A utilização do espaço urbano ocorria sem um planejamento efetivo. Segundo Barros³⁴, os grupos dominantes ocupavam a área central da cidade, que não por acaso era a mesma desde período da fundação de São Luís pelos franceses, ou seja, os espaços correspondentes à área da igreja do Desterro, os trechos da Avenida Pedro II e Praça Benedito Leite, prosseguindo em direção à atual Rua Grande até o início da Avenida Presidente Vargas. Essa era a região mais valorizada em São Luís no início do séc. XX, tanto para habitação, quanto para o comércio.

Diferentemente do que ocorreu em outras capitais brasileiras, onde os administradores urbanos procuraram implementar uma política de modernização que resultou na destruição de construções antigas, da época colonial e imperial, com o alargamento das ruas e avenidas, construção de novos prédios, em São Luís não ocorreu essa transformação radical do espaço urbano. O diferencial será buscado muito mais no culto ao passado para demonstrar sua singularidade³⁵, sem o recurso do “bota abaixo” que caracterizou, por exemplo, a reforma de Pereira Passos no Rio de Janeiro³⁶.

De acordo com Paulo Ramos, a ausência de contingente populacional para povoar o interior do Estado e as características do meio físico, eram responsáveis pelo atraso social do Maranhão. Como em 1937 a principal atividade econômica do Maranhão era a agricultura, Paulo Ramos inicia um plano de reforma e construção de estradas, com o intuito de promover o desenvolvimento do Estado, através de uma maior comunicação entre os centros produtores do interior e a ferrovia São Luís-Teresina, proporcionando o escoamento da produção.

Segundo Barros³⁷, em 1939, o Maranhão alcançou o número de 4.367 Km de estradas trafegáveis no interior. Esse número significava uma vitória para o governo,

³³ Relatório do Interventor Federal do Estado do Maranhão, 1939, p.18.

³⁴ BARROS, op. cit., p. 29.

³⁵ Sobre essa idéia da singularidade que resultou na construção do mito da fundação francesa de São Luís, ver LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **A Fundação Francesa de São Luís e Seus Mitos**. 2.ed. rev e ampl. São Luís, 2002.

³⁶ Pereira Passos ficou conhecido com prefeito do “Bota - abaixo”. Sobre essa reforma do espaço urbano no Rio de Janeiro que levou à demolição de vários prédios da época colonial e imperial ver CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

³⁷ BARROS, op. cit., p. 45.

pois representava o fim do isolamento de dezenas de cidades e povoados que não possuíam qualquer comunicação com São Luís.

Durante a administração de Paulo Ramos (1936 a 1945) as principais obras realizadas pelos governos municipal e estadual foram: plano rodoviário; reforma do palácio; construção do palácio da educação, da colônia de psicopata, do pronto socorro Getúlio Vargas, do palácio do comércio, da sede do poder judiciário, quartel de bombeiros; construção de avenidas (Getúlio Vargas, 10 de Novembro); alargamento, pavimentação e reformas de vias públicas (Pedro II, Parque Urbano Santos, Avenida Gomes de Castro, Rua José Augusto Corrêa e outras.); reformas de praças (Antônio Lobo, Gonçalves Dias, João Lisboa, Saudade); construção da Praça Duque de Caxias; do quartel do exército; reformas no Hospital Geral, no Mercado Central, nos Armazéns da Recebedoria do cais e Biblioteca Pública³⁸.

Com relação às obras empregadas na capital durante o governo do interventor Paulo Ramos, destaca-se a reforma da Rua Oswaldo Cruz e a construção da Avenida Getúlio Vargas. Segundo Barros³⁹, um aspecto destas obras era a questão de ordem estético-higiênica, com um incentivo às construções modernas e ao remodelamento dos serviços de arborização e jardinagem.

Paulo Ramos em seus relatórios destaca a Rua Oswaldo Cruz como logradouro importantíssimo na vida da cidade e o de maior movimento. Por isso, sua reforma com modernos materiais, paralelepípedos novos, todos com base de concretos, se justificava pelo melhor aspecto que davam à cidade e as grandes facilidades que traz ao tráfego urbano⁴⁰.

De acordo com Barros⁴¹, após a ampliação da principal Rua de São Luís, foi definida a construção de uma avenida que fizesse jus à nova fase da cidade e homenageasse o representante brasileiro mais ilustre do período. Assim nasceu a Avenida Getúlio Vargas. Segundo o relatório do governo⁴², a avenida era toda pavimentada com paralelepípedos rejuntados com cimento, dispendo de duas superfícies de rolamento de sete metros cada uma, separadas por uma serie de abrigos centrais de quatro metros de largura, gramados e ajardinados, medindo os passeios três metros de cada lado. Finalmente, segundo o discurso oficial, São Luís possuía uma

³⁸ Relatório do Interventor Federal do Estado do Maranhão, 1938 a 1943.

³⁹ BARROS, op. cit., p. 46.

⁴⁰ Relatório Do Interventor Federal Do Estado Do Maranhão, 1938 a 1943.

⁴¹ BARROS, op. cit., p. 47.

⁴² Relatório Do Interventor Federal Do Estado Do Maranhão, 1938 a 1943.

avenida moderna. Com esta obra, Paulo Ramos e Pedro Neiva de Santana⁴³ começaram a ver com seus próprios olhos a cidade encontrar a marcha do progresso e acompanhar o ritmo de outras capitais brasileiras.

Essas obras mudaram a fisionomia de São Luís e possibilitaram a oferta de alguns serviços de infraestrutura urbana. A administração do prefeito Neiva de Santana também sobressaiu no início da década de 1940 no que diz respeito às obras de embelezamento, modernização e higienização da cidade. O Jornal *Diário do Norte* de 1941, destacava os serviços municipais em franco andamento, as obras do Parque e da Praça Marechal Floriano, além de outros que se efetuavam presentemente através da cidade. De acordo com o jornal, as obras de alto valor estético assinalavam a administração de Neiva de Santana e constituía uma prova imperecível do esforço, boa vontade e especial cuidado que dedicava à cidade o seu governante, cujas atividades estavam sempre orientadas no sentido de modernizar, higienizar e tornar mais encantadora a capital do Estado, até onde permitia as condições financeiras dos cofres municipais e as circunstâncias da guerra⁴⁴.

Uma obra de destaque da administração do prefeito Neiva de Santana foi a construção da Avenida 10 de Novembro, atual Avenida Magalhães de Almeida. De acordo com Feitosa e Pflueger⁴⁵, a avenida foi aberta com o sacrifício do primeiro quarteirão da Rua Grande (Rua Oswaldo Cruz), indo do largo do Carmo (Praça João Lisboa), junto a Rua Formosa, e descendo até atingir a Praça do Mercado Central, também chamado Mercado Grande ou Mercado Municipal. Os registros históricos não datam ao certo o início das demolições para a construção da avenida, sendo que estas ocorreram por volta do ano de 1940 (conforme destacado nos relatórios do interventor Paulo Ramos), e o início da construção propriamente dita da avenida foi no dia 30 de maio de 1941⁴⁶. (ver anexo 1)

⁴³ Pedro Neiva de Santana foi prefeito de São Luís em 1938, indicado pelo interventor Paulo Ramos.

⁴⁴ *Diário do Norte*, São Luís, n. 114, p. 02, 16 de ago. de 1941.

⁴⁵ FEITOSA, Rodrigo Miranda. PFUEGER, Grete Soares. **O Racionalismo Europeu: art déco e ecletismo, na construção da avenida magalhães de almeida**. 2º seminário DOCOMOMO N-NE, jun. 2008, p.09. Disponível: www.docomobahia.org/AF, acesso em: 14/10/2011

⁴⁶ Alguns casarões que foram derrubados: Centro Popular, Tabacaria Elito e Casa White

Figura1: Avenida 10 de Novembro em Construção 1941.



Fonte: Álbum do Maranhão, do acervo de Obras Raras da Biblioteca Pública Maranhense Benedito Leite.

Assim, sempre que se referiam às obras empregadas na capital do Estado, os poderes públicos justificavam sua importância pelo grande valor estético que iriam proporcionar à cidade. Em diversas reportagens de jornais e falas dos governantes se observa que a preocupação primordial do governo era com o enquadramento de São Luís no molde das cidades modernas, daí a elaboração de um plano de reformas urbanísticas que visava dar uma nova fisionomia para a cidade.

Figura 2: Largo do Carmo e Primeiro Abrigo Público de São Luís Década de 1950.



Fonte: acervo do Museu de Artes Visuais (cedido pelo Patrimônio Cultural Municipal).

Em seu relatório de 1940, o Interventor Federal do Estado afirmava que velhas praças, de construção centenária, desniveladas e mal calçadas, tornaram-se aprazíveis logradouros; ruas estreitas e tortuosas, traçadas ainda nos tempos coloniais, foram alargadas ou transformadas em modernas avenidas; o antigo caminho grande, única via de acesso ao interior da ilha e que nunca tinha merecido os cuidados da administração local, começou a receber magnífica pavimentação e está sendo cuidadosamente arborizado. A cidade passou, em suma, a ostentar uma nova fisionomia, bem diferente daquela que lhe imprimiram os colonizadores e que conservava até pouco tempo⁴⁷.

Um desses locais em que se refere o interventor era o Largo do Carmo. Segundo Feitosa e Pflueger⁴⁸, o largo do Carmo é um dos primeiros logradouros da cidade, recebendo este nome devido à presença da capela de Santa Bárbara, e do Convento de N. Senhora do Monte Carmelo, construído pelos frades carmelitas em 1627. Era considerado o coração da cidade, um local de passagem de todos os veículos.

⁴⁷ Relatório do Interventor Federal do Estado do Maranhão, 1940, p.61.

⁴⁸ FEITOSA e PFLUEGER, op. cit., p. 12.

Também foi onde apresentou um dos primeiros abrigos e as primeiras feiras e mercados da cidade. Em 28 de julho de 1901, o histórico Largo do Carmo foi denominado de Praça João Lisboa, homenagem à memória do jornalista⁴⁹. (ver anexo 2 e 3).

Ruas mais largas e bem calçadas, belas praças arborizadas e com serviços de jardinagem, favorecia a socialização das pessoas e oferecia locais para o lazer da população de São Luís, principalmente das classes médias e altas que eram os moradores destes locais, onde o governo estava realizando estes melhoramentos.

Outra opção de lazer muito utilizada pelos moradores de São Luís era o cine e o teatro. Nos diversos jornais da capital era freqüente a programação das salas de cine e dos espetáculos teatrais. No ano de 1937 São Luís possuía um total de 11 estabelecimentos, sendo 4 teatros, 6 cinemas e 1 cine-teatro. Já no ano de 1946 eram 17 estabelecimentos, sendo 10 cines-teatro, 3 cinemas e 4 teatros. No ano de 1944 ocorreram 5.814 sessões cinematográficas, com um total de 836.053 espectadores contra 38 espetáculos teatrais com um total de 11.900 espectadores em São Luís⁵⁰.

Um fato que chama a atenção nesse plano de reformas urbanísticas é que se limitava principalmente às áreas nobres do centro da cidade, deixando os bairros populares fora deste projeto. Por isso, a população pobre ficava sem os benefícios provenientes das melhorias da infraestrutura urbana, sendo constantes nos jornais diversas reclamações sobre as condições dos bairros populares. Eram comuns reclamações sobre a situação sanitária, o saneamento e as condições de moradia da população pobre.

A reportagem do *Diário do Norte*⁵¹ chama a atenção para o crescimento dos subúrbios em São Luís e a falta de saneamento nestes bairros, onde as habitações, na maioria eram semelhantes ao tipo indesejável do ‘mocambo’, as ruas de largura escassa, tortuosos, cheios de socavões. A falta de estradas de acesso a esses núcleos de população era outro problema evidente. De acordo com a reportagem, só havia uma estrada, o Caminho Grande, e os efeitos que se observavam nos subúrbios sanluisenses vinham do passado. “Não se ligou importância, não se prestou atenção à formação desses núcleos. E estes foram nascendo e crescendo ao Deus dará”. A matéria apela às

⁴⁹ Ibid. p.08.

⁵⁰ Anuário Estatístico do IBGE, disponível em: www.ibge.gov.br Acessado em: 08/01/2012

⁵¹ *Diário do Norte*, São Luís, n.70, p. 02, 04 de jul. de 1940.

autoridades para que corrigissem, na medida do possível, as conseqüências de um descaso que foi extremamente prejudicial a S. Luís.

Diante de várias reclamações, presente diariamente nos jornais da cidade, se observa como as autoridades públicas tratavam com descaso os bairros populares, excluídos do projeto de modernização, e só indiretamente recebiam algum benefício. As populações suburbanas viviam em estado de abandono, as ruas que serviam esses bairros geralmente não eram calçadas, não existia saneamento básico para as áreas mais periféricas da cidade, os animais viviam a solta e as moradias eram as mais precárias possíveis, feitas de barro e cobertas com palhas. No centro da cidade, a população pobre se amontoava em casebres ou em antigos casarões transformados em habitação coletiva, os cortiços. Quanto ao lazer, a população pobre também se ressentia de espaços onde pudesse, de maneira barata, realizar a recreação de seus filhos. O preço dos transportes também era outro obstáculo para os que viviam na periferia e pretendiam freqüentar algum parque ou praça do centro da cidade.

Outro fator a ser destacado é que apesar das obras dos poderes públicos terem incluído a construção do palácio da educação, da colônia de psicopatas e do pronto socorro Getulio Vargas, obras de grande valor para a população ludovicense, a maioria destas obras se limitava à construção e reforma de vias públicas. Quando o governo se referia a uma obra como o Palácio da Educação, sede do Liceu Maranhense, tentava justificar a sua importância pelo grande valor estético que iria proporcionar à cidade, muito mais que pelo seu valor educacional.

De acordo com o jornal *O Globo*⁵², o novo edifício destinado ao palácio da educação tratava-se de suntuoso prédio um dos mais completos de todo o norte do país, de planta moderna preenchendo todas as exigências técnicas e urbanísticas da nova concepção de construções. Dizia que esse escolar edifício revelava, por outro, lado o gosto pelas soluções duradouras, e por isso mesmo, definitivas. Invertendo na sua construção uma soma vultosa, o governo quis fazer uma obra que pudesse servir não apenas a sua época, mas à posterioridade, desobrigando o estado de novos dispêndio em torno de um mesmo problema.

⁵² *O Globo*, São Luís, n. 243, p. 02, 25 de abril de 1940.

Pode se observar nesse comentário uma preocupação do governo com o caráter faraônico da obra, que pudesse marcar de vez a fisionomia da cidade e, certamente do seu governo, tornando esta obra inesquecível.

Outra construção foi a da colônia de psicopatas, construída para tratamento dos doentes mentais, ao mesmo tempo em que retirava das ruas estas pessoas consideradas inadequadas ao convívio social e prejudiciais à estética da cidade, comprometendo sua modernização.

Nesse mesmo sentido foi o encaminhamento do Interventor Paulo Ramos nos anos de 1940 com relação às prostitutas, que tinha o objetivo de confiná-las em um único local da cidade, que não ameaçasse a ordem pública e a moral das famílias.

Segundo Reis⁵³, Paulo Ramos fortemente respaldado nos poderes ditatórios que o garantiam no Palácio dos Leões, concordou com o seu chefe de polícia Flávio Bezerra, em confinar as raparigas numa zona só delas. E assim, ainda segundo Reis, a “venerada irmandade”, por toda a cidade, em casas consideradas suspeitas, de mistura a vetustos sobrados da tradicional família maranhense, viu-se concentrada, de repente, em quatro quarteirões e algumas vielas de inestimável valor arquitetônico e cultural, que abrangiam as ruas da Estrela, Palma, 28, entre outras.

Apesar das medidas de reformas urbanas atingirem bem pouco a população mais pobre, esta participava igualmente dos tributos pagos ao poder público para uso em benefício coletivo. Por exemplo, a população era obrigada a pagar um imposto municipal referente ao calçamento de ruas. O decreto de lei nº 126, de 9 de dezembro de 1944, regulava a cobrança da contribuição de calçamento neste município:

O prefeito municipal de São Luiz, usando das atribuições que a lei lhe confere, nos termos da lei federal nº 1202, de 8 de abril de 1939.

DECRETA

art 1º A contribuição de proprietários de imóveis situados em logradouros públicos calçados pela prefeitura de São Luis corresponderá, em conjunto, a 50% [cinquenta por cento] do custo total das obras de calçamento.

S 1º - Incluirá o custo total a que se refere este artigo, além, do calçamento propriamente dito, o preparo da base, os meios fios, as bocas de lobo e as caixas de raio, com os respectivos ramais, para o escoamento de águas pluviais, não compreendendo, porém, o coletor geral, murros de arremo e outras obras de arte⁵⁴.

⁵³ Reis, José de Ribamar Sousa dos. **ZBM: O Reino Encantado da Boêmia**. São Luís: Lithograf, 2002.

⁵⁴ **Diário do Norte**, São Luís, n. 01, p. 03, 14 de abril de 1940.

Essa contribuição de calçamento seria paga de uma só vez ou em oito prestações trimestrais juntamente com o imposto predial e territorial, e estando sujeita a acréscimos e multas de mora.

São Luís possuía uma pequena oferta de serviços públicos. Tinha 10 estabelecimentos bancários, seu serviço telefônico contava com um total de 890 aparelhos, sendo que 794 estavam a serviço de particulares. Era a única cidade do Maranhão que contava com esse serviço. A rede de esgoto sanitário tinha uma pequena extensão de 38.440 metros que servia apenas 126 logradouros e 4.212 prédios⁵⁵.

Devido sua pequena extensão, o serviço de esgoto era bastante precário, não atendendo toda a população. Assim, muitos habitantes da cidade moravam em ruas com esgotos a céu abertos o que provocava graves prejuízos à saúde dos moradores. Eram comuns reclamações nos jornais de São Luís sobre o serviço de coleta de esgoto. Na reportagem do jornal *O Globo*⁵⁶, os moradores da travessa Trindade e ruas dos barqueiros e Graça Aranha fizeram um apelo às autoridades sanitárias, no sentido das mesmas fazerem extinguir alguns focos de “carapanãs” existentes naquelas vias geradas pelas águas estagnadas ali existentes.

A iluminação elétrica não se estendia a toda cidade, apenas 118 logradouros e 4.592 domicílios possuíam este tipo de iluminação⁵⁷. A energia era fornecida de forma bastante deficiente, sendo comum faltar energia em São Luís, por isso eram freqüentes reclamações nos jornais sobre este serviço prestado pela Ulen⁵⁸. No jornal *Diário do Norte*⁵⁹, os consumidores dos serviços prestados pela Ulen reclamavam do aumento dos preços das passagens dos bondes e da suspensão do fornecimento de energia, o que gerava enormes prejuízos, principalmente, aos produtores que ficavam com suas máquinas por horas paradas. Segundo esse jornal, quando os prejudicados reclamavam pelo telefone, em vez de uma resposta delicada ou uma explicação do caso, eram tratados com descaso.

⁵⁵Anuário Estatístico do IBGE de 1943, disponível em: www.ibge.gov.br Acessado em: 08/01/2012.

⁵⁶*O Globo*, São Luís, n.248, p. 06, 01 de maio de 1940.

⁵⁷Anuário Estatístico do IBGE de 1943, disponível em: www.ibge.gov.br Acessado em: 08/01/2012

⁵⁸Empresa americana que possuía o monopólio dos serviços urbanos de São Luís para o fornecimento de água, esgoto, iluminação e transporte (bondes de tração elétrica e a prensa de algodão).

⁵⁹*Diário do Norte*, São Luís, n.340, p. 04, 06 de jan. de 1943.

Em 1945, a cidade enfrentava uma crise no abastecimento de energia, com irregularidade no fornecimento de energia elétrica, havendo cortes diários do serviço de iluminação e ruas ficavam meses sem o fornecimento. A empresa fornecedora utilizava a conjuntura mundial para se justificar.

O administrador da Ulen, através do jornal *Diário do Norte*⁶⁰, tentava justificar a crise no fornecimento de energia. Segundo ele, a frequente falta de força e luz na cidade e a paralisação do tráfego de bondes estava relacionada com a falta de mangue⁶¹. Com o encarecimento do custo de vida, mais da metade dos homens que se dedicavam ao corte e fornecimento de mangue empregavam-se em outros trabalhos muito mais rendosos. Muitas embarcações, por sua vez que transportavam mangue, abandonaram esse serviço passando à condução de outros gêneros. Houve, assim, grande redução no fornecimento de combustível, pois as constantes paralisações das caldeiras eram decorrentes da falta de mangue.

Quanto ao abastecimento de água, apenas 6.155 prédios e 206 logradouros eram servidos de água⁶². O serviço da Ulen, empresa responsável pelo fornecimento da água, era constantemente criticado pela população. No ano de 1943, diante da crise no abastecimento de água, a população ansiava pelo inverno para amenizar o problema, como ficou expresso na reportagem do jornal *O Globo*⁶³. Devido à crise de água em São Luís, diversas pessoas questionavam por que continuavam a pagar a Ulen quando nada recebiam em troca? Segundo a população, conforme as reclamações na imprensa a única solução era comprar água para cozinhar e para as primeiras necessidades, por isso esperavam ansiosamente a chegada do inverno.

No ano de 1945, São Luís possuía um total de 242 logradouros públicos, sendo 172 pavimentados. Essa pavimentação era feita de diferentes materiais: concreto, asfalto ou macadame simples (16), paralelepípedos (39), pedras irregulares (87) e saibro (30)⁶⁴. Ruas calçadas e limpas, com redes de esgotos, só eram possíveis nas principais áreas do centro da cidade. A maioria dos bairros populares possuía ruas sem nenhuma pavimentação, sujas e com animais transitando livremente junto com a população⁶⁵.

⁶⁰ *Diário do Norte*, São Luís, n. 3220, p. 04, 21 de abril de 1945.

⁶¹ Mangue, termo comum dado às espécies arbóreas características dos manguezais.

⁶² Anuário Estatístico do IBGE de 1943, disponível em: www.ibge.gov.br Acessado em: 08/01/2012.

⁶³ *O Globo*, São Luís, n. 1858, p. 04, 08 de nov. de 1943.

⁶⁴ Anuário Estatístico do IBGE de 1945, disponível em: www.ibge.gov.br Acessado em: 08/01/2012.

⁶⁵ *Diário do Norte*, São Luís, n. 74, p. 03, 10 de jul. de 1941.

Os transportes de passageiros de São Luís eram feitos através de ferrocarris. A extensão das linhas tinha 18 km, com um total de 17 carros de passageiros. No ano de 1942, segundo dados do IBGE⁶⁶, transportaram 10.607 passageiros. Porém, os bondes existentes não eram suficientes para servir toda a população. Havia no jornal *Diário do Norte*⁶⁷, de 1940, reivindicações por ônibus para atenderem as necessidades da população. Para resolver o problema de transportes em São Luís era preciso aumentar a quantidade de ônibus na cidade. Neste período, em vez de vários ônibus no serviço urbano, um único fazia a linha de São Pantaleão. São Luís precisava de vários veículos desse gênero porque nem só os bondes elétricos não eram de grande lotação como ainda era escasso o seu número. Faltavam principalmente transportes do bairro comercial para o centro da cidade e destes para os subúrbios. Os bondes também se encontravam em péssimo estado de conservação, eram comuns linhas passarem horas interrompidas devido problemas mecânicos nos bondes⁶⁸.

Outro grave problema que também atingia a população de São Luís nesse período era o da moradia, “os preços dos alugueis eram elevados devido à pequena quantidade de casas para alugar. Além disso, as condições dos prédios eram precárias”⁶⁹.

O plano de reformas urbanísticas empregado em São Luís pelos seus governantes, no período de 1930 á 1950, tinha a preocupação com a modernização, higienização e embelezamento da cidade. Assim, os hábitos e costumes da população passaram a ser fortemente controlados pelo Estado que impunha normas de comportamento e conduta, principalmente para as mulheres.

⁶⁶ Anuário Estatístico do IBGE de 1942, disponível em: WWW.ibge.gov.br Acessado em: 08/01/2012.

⁶⁷ *Diário do Norte*, São Luís, n. 01, p. 03, 14 de abril de 1940.

⁶⁸ *Diário do Norte*, São Luís, 01 de fevereiro 1940, p.4.

⁶⁹ *Diário do Norte*, São Luís, n. 337, p. 04, 02 de jan. de 1940.

2. MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA: o ideal feminino em São Luís na era Vargas.

Os governantes do Maranhão do período de 1930 à 1950, especialmente os interventores, representavam a orientação política do poder central, seguindo à risca as orientações da ideologia do governo de Vargas, onde “a família, o trabalho e a pátria eram os pilares, recuperando valores e conceitos ligados à religião, à disciplina e à moral⁷⁰.” A mulher representava um instrumento importante no projeto modernizador e disciplinador do governo, devendo ser a mãe-cidadã, a mulher que preparava os futuros cidadãos do país, responsável pela harmonia da família e pela manutenção dos valores morais da sociedade. Por isso, a importância de mantê-la no lar, no cuidado com os filhos e sob a ‘proteção’ do marido.

Especialmente na vigência do Estado Novo, os governantes exerciam forte controle sobre os espaços públicos e a vida em sociedade, utilizando tanto os mecanismos repressivos como os ideológicos para atingir seus objetivos. A censura aos meios de comunicação, ao cinema, ou o uso desses instrumentos midiáticos para fazer a propaganda do regime, associada ao controle dos meios educacionais, garantiam a circulação do ideário baseado no tripé “Deus, Pátria, Família”, em que a mulher era colocada no centro dessa questão, como guardiã desses valores e responsável pelo equilíbrio da ordem social.

A política ideológica do governo tinha como lema o progresso dentro da ordem, ou seja, para o país desenvolver-se economicamente, era necessário estabilidade social. Assim, o cidadão, em prol do desenvolvimento da nação, deveria abrir mão de seus interesses individuais em favor dos interesses da coletividade. Como destaca Susan Besse⁷¹, as classes profissionais e as autoridades políticas do período concordavam em que a racionalização da economia industrial-capitalista emergente exigia intervenção simultânea do Estado nas esferas de produção e da reprodução; a submissão das classes trabalhadoras e a submissão das mulheres (de todas as classes) tornaram-se metas complementares do mesmo projeto corporativo. As mulheres constituíam alvos fundamentais juntamente com a classe trabalhadora, uma vez que aumentar a produção

⁷⁰ CAMPOS, Marize Helena de. **Maripozas e Pensões: Um Estudo da Prostituição em São Luís do Maranhão na Primeira Metade do Século XX**. São Paulo: 2001. (Dissertação de Mestrado). p. 7.

⁷¹ BESSE, Susan K. **Modernizando a Desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil 1914-1940**. São Paulo: USP, 1999. p. 7.

dependia (entre outras coisas) da eficiência feminina em socializar uma força de trabalho saudável, bem-disciplinada e competente.

O discurso pautado na medicina atribuía às mulheres, por razões biológicas, características como a fragilidade, doçura, o recato, a predominância das faculdades afetivas sobre as intelectuais e a subordinação da sexualidade à vocação maternal. A ideologia vigente considerava o papel de mãe, esposa, dona de casa próprios da feminilidade. Por isso, o casamento era considerado o fator de realização pessoal feminina e deveria ser o objetivo principal da jovem solteira. Já os homens eram tidos como racionais, empreendedores, autoritários e com uma sexualidade sem limites. As diferenças ‘naturais’ estabelecidas entre os dois sexos eram consideradas suficientes para exigir das mulheres uma atitude de submissão em relação aos homens.

De acordo com Bassanezi⁷², a jovem que não tinha o casamento como objetivo de vida, que não seguisse seus caminhos, estaria indo contra a natureza, não poderia ser realmente feliz ou fazer com que as outras pessoas fossem felizes. As moças para serem bem vistas no meio social e poder conquistar um bom casamento, deveriam ter gestos contidos, respeitar os seus pais, conservar sua inocência sexual e não permitir intimidades físicas com rapazes. Elas eram aconselhadas a se comportarem de acordo com os princípios morais aceitos pela sociedade, mantendo-se virgens até o casamento, enquanto os rapazes eram permitidos terem experiências sexuais.

Havia uma grande preocupação com a educação moral das meninas, por isso era constante a vigilância sobre elas. Segundo Bassanezi⁷³, a ênfase na educação para o autocontrole tornou-se ainda mais uma preocupação social. Os pais já não poderiam ser tão rígidos e as jovens deveriam aprender a controlarem-se a si mesmas, distinguir o certo do errado de forma a conservar suas virtudes e a conter sua sexualidade, dando-se o respeito.

A imprensa era propagadora da moral mais tradicional da época. Os jornais de São Luís eram recheados de conselhos destinados as mulheres, a fim de moldar o comportamento feminino. No *Jornal do Povo*⁷⁴ havia uma coluna diária destinada ao público feminino. Na publicação de 21 de Setembro de 1950, intitulada “Palavras a

⁷² BASSANEZI, Carla. Mulheres dos Anos Dourados. In: PRIORE, Mary Del (org). **Historia das Mulheres no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2000. 609 e 610.

⁷³ Ibid. p. 610.

⁷⁴ *Jornal do Povo*, São Luís, n. 01, p. 05, 21 de setembro de 1950.

Uma Noiva”, o casamento era exaltado como sacramento sublime e divino, por isso, deveria representar o ideal de todas as jovens, um belo ideal se bem compreendido. Pois, a sociedade precisava, de maneira absoluta, de jovens que tivessem esse ideal, e soubessem dar-lhe o sentido cristão. A sociedade só poderia ser regenerada através do esforço, do trabalho, do exemplo de jovens, de esposas e de mães que penetrassem no magnífico sentido desse grande sacramento, e realizassem, através dele, o maravilhoso ideal de Cristo. A jovem deveria ser primeiro uma noiva pura, depois de casada uma esposa fiel aos seus deveres e uma mãe compenetrada de sua missão, sempre uma mulher cristã, uma mulher católica. Pois, só assim, daria a sua contribuição, valiosíssima, para o trabalho gigantesco da restauração da moral, da recristianização do mundo.

De acordo com essa mesma reportagem, a pureza da noiva residia em não se deixar envolver pela alegria que o noivado lhe proporcionava. A noiva deveria guardar aquilo que constituía ser a graça mais preciosa e mais rara: a sua pureza, a sua inocência, a sua candura para garantir a maior parte do encanto do casamento. Pois, a pureza do noivado devia ser a maior garantia para a conservação do amor. Ainda segundo a matéria, a jovem que se conservava pura nos seus áureos dias de noivado, criava uma aureola para si mesma aos olhos do noivo e assegurava de maneira decisiva o amor de seu amado, amor respeitoso, terno e profundo, único realmente capaz de fazer à verdadeira e sólida felicidade no casamento.

Outra preocupação estava relacionada com a literatura. As mães, principalmente, deveriam controlar as leituras de suas filhas, permitindo apenas obras inocentes que não as desviassem para o mau caminho. De acordo com o conselho do *Jornal do Povo*⁷⁵, de 5 de maio de 1950, as mães deveriam ser sempre contra os romances, pois estes só serviam para povoar de idéias bobas, fantasias e devaneios as cabeças das mocinhas. As mães deveriam habituar as filhas, desde novas, o gosto pela leitura amena, mas um “tantinho instrutiva”, a leitura séria que instruía, educava e revigorava o espírito. As mães, elas mesmas, deveriam escolher e orientar a leitura de suas filhas, afim de que as mocinhas não caíssem no extremo. As mães deveriam desejar preparar suas filhas para o lar e para a sociedade, dentro dos mais rígidos e, paradoxalmente, suaves princípios da moral cristã, a saber: querendo-as puras, sem

⁷⁵ *Jornal do Povo*, São Luís, n. 01, p. 07, 5 de Maio de 1950.

excessiva ingenuidade, piedosas, sem pieguice, cultas, sem serem doutoras, altivas, sem arrogância, modestas, sem exagero, polidas, sem servilismo, desembaraçadas, sem leviandade, recatadas, sem afetação, graciosas, sem requebros. Em suma, cem por cento femininas, concisas do papel que Deus havia lhes destinado.

Como destaca Bassanezi⁷⁶, as moças que se comportavam contra a moral vigente, sendo mais ousadas, apresentando comportamento desviante ou promíscuo, eram classificadas como moças levianas, odaliscas. Dizia-se que estas moças ousadas jamais conquistariam um bom casamento, pois, nenhum rapaz gostaria que sua futura esposa, futura mãe de seus filhos fosse classificada como garotas fáceis ou biscates. Segundo essas críticas, as levianas eram aquelas que usavam roupas ousadas e sensuais, saíam com muitos rapazes e permitiam intimidades físicas como beijos ousados e abraços intensos. Eram aquelas com quem os rapazes namoravam, mas, não casavam. Estas garotas fáceis deveriam ser evitadas pelas boas moças para que estas não fossem atingidas por sua má fama e seus maus exemplos.

Na propaganda do jornal *Diário do Norte*⁷⁷, a figura da mulher fumante está relacionada com o nome do cigarro: “Odalisca”. Como fumar era um comportamento masculino, não era uma atitude adequada às mulheres de família. Assim, as moças que fumava eram mal vistas no meio social, sendo classificadas como odaliscas e levianas.

⁷⁶ BASSANEZI, op. cit., p. 612.

⁷⁷ *Diário do Norte*, 23 de abril de 1944, ano VI, n° 1127, p.04.

Figura 3: Propaganda Publicitária



Fonte: **Diário do Norte**, 23 de abril de 1944, ano VI, nº 1127, p.04.

Quanto à imagem da mulher sedutora, a crítica era forte. Do ponto de vista publicitário, cujo objetivo era atrair consumidoras para esse produto, a idéia era passar uma imagem de mulher moderna, independente, sedutora.

Como demonstra a charge intitulada “Na Rua e em Casa”, do *Jornal do Povo*⁷⁸ de 10 de Junho de 1950, as mulheres que usavam roupas mais ousadas, que abusavam da sensualidade, atraíam olhares masculinos nas ruas da cidade, por não representar o ideal feminino estabelecido pela ideologia conservadora vigente, dificilmente conseguiriam um pretendente a marido.

⁷⁸ **Jornal do Povo**, São Luís, n. 01, p. 07, 10 de Junho de 1950.

Figura 4: Charge: Na Rua ou em Casa



Fonte: **Jornal do Povo**, São Luís, n. 01, p. 07, 10 de Junho de 1950.

Nas décadas de 1930 a 1950, o namoro era visto como uma etapa preparatória para o noivado e, conseqüentemente, para o casamento. Por isso, segundo Bassanezi⁷⁹, as moças não deveriam perder tempo com namorados que não tivessem futuro, ou seja, intenção de conduzir ao matrimônio. O namoro também deveria seguir algumas regras, não deveria demorar muito, pois poderia levantar suspeitas sobre as intenções do rapaz, e nem demorar pouco, precipitando decisões sérias e definitivas. Já o noivado representava um compromisso mais sério, um período de preparativos para o matrimônio.

Os conselhos destinados as mulheres, expressos diariamente nos jornais de São Luís, apresentava padrões de comportamentos exigidos dos jovens e das moças em relação ao namoro e ao noivado. Na reportagem do *Jornal do Povo* intitulado “Amor, Respeito e Felicidade”⁸⁰, de 31 de maio de 1950, o rapaz ideal para marido deveria ser

⁷⁹ BASSANEZI, op. cit., p. 618 e 619.

⁸⁰ **Jornal do Povo**, São Luís, n. 01, p. 07, 31 de Maio de 1950.

sério, responsável, de bom caráter e capaz de prover o sustento de uma família. As moças deveriam mostrar que eram prendadas, afetuosas e recatadas. O namoro era considerado um período de estudo, onde as moças deveriam antes de mais nada conhecer o que pudesse do seu pretendente, suas idéias, suas intenções, seus hábitos, seus sentimentos, sua família. Isto era imprescindível, pois evitava que a moça dedicasse afeto a alguém que não a merecesse. Após concluir que o moço era sério e possuía uma boa conduta, a moça deveria ser prudente e sensata, não se entregando completamente a seu romance. Recomendava-se que a moça mantivesse sempre uma conduta, de modo que não permitisse atitudes menos respeitadas. Quanto mais difícil era a jovem, tanto mais preciosa se tornava aos olhos do pretendente. Segundo o jornal, disso ninguém tinha dúvida, pois a própria sabedoria popular o confirmava: “o fruto proibido era mais cobiçado”. Aliás, o rapaz bem intencionado, nas relações com a jovem que desejava como esposa, deveria saber respeitar a pureza, o recato e a delicadeza feminina. O respeito era a melhor garantia que o namorado poderia oferecer a sua pretendente, que seria um esposo digno e protetor.

As mulheres que não casavam, que ficavam para títias, eram consideradas fracassadas socialmente, pois não exerceriam seu papel social, destinado por Deus. Assim, as moças deveriam de maneira sutil, atrair seus pretendentes, mantendo-se sempre bonitas, bem vestidas, de bom humor, amáveis. Deveriam também demonstrar interesse pelo trabalho do pretendido, além de elogiar sua inteligência. A iniciativa da conquista, por parte das mulheres, era altamente condenada. As mulheres deveriam saber conservar o seu lugar. Assim, a jovem deveria fazer parecer que a iniciativa vinha do rapaz, ela poderia conquistá-lo, desde que desse a ilusão de que estava sendo conquistada⁸¹.

O ideal feminino relacionava a virgindade e a contenção sexual como características adequadas às moças solteiras. De acordo com Bassanezi⁸², a moral sexual via a virgindade como um selo de garantia da honra e pureza feminina. A valorização da castidade feminina favorecia o controle social sobre a sexualidade das mulheres e privilegiava a hegemonia do poder masculino nas relações estabelecidas entre homens e mulheres. Já o homem era incentivado a começar cedo a sua vida sexual. A virilidade masculina era medida pela quantidade de experiências sexuais que os homens tinham

⁸¹ BASSANEZI, op.cit., p. 614.

⁸² Ibid. p. 613 e 614.

com várias mulheres. E, como geralmente os rapazes de classes médias e altas procuravam obter satisfação sexual com mulheres mais pobres, fora de seu meio social, o critério de valorização e classificação das mulheres servia também como forma de reforçar as desigualdades sociais existentes.

Uma moça deflorada por outro, dificilmente, conseguiria um pretendente a marido. O código civil de 1916 estabelecia a anulação do casamento quando o noivo descobria na noite de núpcias que sua noiva não era virgem.

Como destaca Besse⁸³, no início do século XX, à medida que as mulheres das classes médias e altas tiveram mais acesso a educação e ao emprego remunerado, conquistaram poder social e econômico. Com isso, elas passaram a denunciar a tirania dos maridos e a exigir mais igualdades de direitos no casamento. Em contrapartida, os homens acusavam o feminismo, o trabalho feminino assalariado, o egoísmo, o individualismo, como males modernos responsáveis pela deformação e desvalorização do casamento. Pela primeira vez, os intelectuais e profissionais do Brasil concordaram que o casamento e a família estavam em crise. Reconheciam o casamento como uma instituição cheia de conflitos, onde marido e mulher assumiam papéis de adversários.

No mesmo período, os profissionais e intelectuais passaram a defender que o triunfo do progresso e a manutenção da ordem social dependiam do fortalecimento e da legitimação da família. Mas, para isso, era preciso modernizar essa instituição. Assim, a atenção ao fortalecimento da família concentrava-se tanto nas classes médias e altas, pois as mulheres dessas classes serviam de modelo e estabeleciam padrões de comportamento para as demais mulheres, como também na classe operária, pois as famílias da classe operária legalmente constituídas e estáveis eram essenciais para pôr fim à militância da classe operária, garantir a permanência da dominação masculina e assegurar o desenvolvimento físico e moral saudável das crianças que se tornariam futuros operários⁸⁴.

Segundo Besse⁸⁵, os diversos setores sociais como igreja, intelectuais, profissionais, políticos, setores do Estado, passaram a organizar uma rede de estratégias para modernizar as normas e garantir a manutenção do casamento, transformando esta

⁸³ BESSE, op. cit., 1999, p. 62.

⁸⁴ Ibid. p. 63 e 64.

⁸⁵ Ibid. 1999, p. 64.

instituição num pilar da sociedade burguesa. O Estado passou a oferecer incentivos financeiros para os casais que se casassem e tivessem filhos, aprovou leis protetoras que restringia a participação das mulheres no mercado de trabalho, utilizou sanções penais para punir infratores graves e desenvolveu um corpo de assistentes sociais para monitorar as famílias pobres. Uma estratégia utilizada pela burguesia industrial para controlar a vida privada do seu operariado, foi a construção de vilas próximas aos arredores das fábricas. Nas vilas cada aspecto da vida do operário era monitorado e regulamentado.

Nas décadas de 1930 a 1950, de acordo com Besse⁸⁶, as demandas crescentes de oportunidades educacionais e profissionais a disposição das mulheres, e a elaboração de um novo discurso crítico relativo à posição social e econômica do sexo feminino, tornaram inaceitável no meio social o casamento por conveniência ou interesse. Em contrapartida, passou a se valorizar a intimidade e o amor como as únicas bases possíveis para garantir a estabilidade dos casamentos modernos. Com o intuito de salvar o casamento, as relações entre marido e mulher deveriam ser modernizadas, adquirindo uma aparência superficial de igualdade e reciprocidade. Assim, não eram mais admissíveis maridos onipotentes, tiranos, déspotas que se consideravam donos e não esposos de suas companheiras. A mulher moderna deveria agir pelo seu próprio senso de iniciativa, consciência e dever.

Como o casamento deveria ser baseado no amor, de acordo com Bassanezi⁸⁷, não cabia mais aos pais, e sim ao casal de namorados a escolha matrimonial. Porém, a aprovação dos pais era fundamental para a felicidade conjugal. A influência familiar na escolha dos filhos era vista como um cuidado que os pais deveriam ter em relação ao futuro de seus filhos. O amor era visto como importante para a união conjugal, mas deveria ser o amor domesticado, racional e ajuizado. Pois, o amor não deveria ir contra, não deveria romper com os moldes tradicionais de felicidade ligada ao casamento legal e a prole legítima. Casamento entre pessoas de classes sociais diferentes, ou com pessoas comprometidas ou desquitadas eram consideradas uniões fora dos padrões. Por isso, estas uniões eram mal vistas e altamente combatidas, pois representava uma ameaça à ordem social.

⁸⁶Ibid. p. 65 e 66.

⁸⁷BASSANEZI, op. cit., p. 617 e 618.

Reformar o casamento, segundo Besse⁸⁸, significava civilizar o amor, substituindo o sentimentalismo e a paixão por idéias modernas, saudáveis que exaltavam o domínio da razão. Os intelectuais do período afirmavam que a sociedade precisava de uniões sadias e bem equilibradas. Por isso, a razão deveria dominar a paixão, onde a razão deveria unir-se ao sentimento no interesse dos filhos, da família, da comunhão social. Esse amor, o amor higiênico era exaltado, por ser mais equilibrado, mais saudável, mais útil a sociedade. Deveria ser a base, o alicerce das famílias.

O *Jornal do Povo*⁸⁹ de 2 de dezembro de 1950, traz um conselho intitulado “o Amor”, em que mostra que, este sentimento poderia ser responsável por causar alegria ou tristeza, levar a conquista da felicidade ou da infelicidade. Afirmava que para o amor proporcionar apenas alegria, era preciso ser visto como um sentimento nobre, espiritual, belo e puro, chamado de amor-nobreza, amor-devotamento, amor-renúncia. O amor inspirado e cultivado no próprio amor de Deus. Pois, somente um amor assim, puro e digno, amor-sentimento e nunca amor-paixão, poderia proporcionar grandes e belas emoções, e produzir a felicidade verdadeira e duradora.

A propaganda a respeito do casamento também foi uma estratégia utilizada para preservar esta instituição. Segundo Besse⁹⁰, proclamava-se que o casamento era um estado perfeito, uma necessidade moral e médica de todos os indivíduos, a carreira feminina mais nobre, um dever cívico de todos os brasileiros e uma necessidade para o crescimento saudável do país.

No conselho “A aberração”, do *Jornal do Povo*⁹¹, de 9 de agosto de 1950, definia o casamento como o grande sacramento divino, a base da família, da sociedade e da Nação. Era amor abençoado e sublime, era a benção de Deus santificando a união do homem e da mulher, garantindo e protegendo a perpetuidade das gerações. Era a consolidação da família e dignificação do lar.

Como destaca Besse⁹², a medida que crescia as possibilidades sociais para as mulheres das classes média e alta, aumentava na imprensa normativa o discurso que tentava mascarar a subordinação das mulheres no lar, salientando constantemente a

⁸⁸ BESSE, op. cit., p. 68 e 6.

⁸⁹ *Jornal do Povo*, São Luís, n. 01, p. 05, 02 de dezembro de 1950.

⁹⁰ BESSE, op. cit., p. 74.

⁹¹ *Jornal do Povo*, São Luís, n. 01, p. 05, 09 de Agosto de 1950.

⁹² BESSE, op. cit., p. 78 e 79.

dignidade, a importância e as graves responsabilidades do papel de esposa. Besse afirma que era difícil prever o impacto real destes discursos no meio feminino, mas a sua popularidade e constância provinha da utilidade que estes discursos tinham para as leitoras. Esses discursos reforçavam velhos estereótipos sobre a natureza feminina, insistindo que a auto-satisfação e a realização pessoal das mulheres deveriam estar adequadas ao atendimento das necessidades domésticas de suas famílias. E considerava que a verdadeira emancipação feminina consistia na perfeita compreensão de seus deveres, de um casamento feliz e uma vida familiar estável.

Como os intelectuais e profissionais do período viam a família e o casamento como essenciais para a conquista do progresso econômico, por isso reforçavam que o melhor papel destinado à mulher era de esposa e mãe. Era comum nos jornais de São Luís a preocupação com a saída das mulheres para ocupar os novos espaços surgidos. Os conselhos destinados às mulheres exaltavam o casamento e as atividades dentro do lar.

O conselho “A Rainha do Lar”, do *Jornal do Povo*⁹³, de 17 de maio de 1950, afirmava que com a elevação do matrimônio a categoria de sacramento, a mulher foi colocada em um plano superior, onde sua situação diante do marido era a de companheira e amiga. Pois, o casamento cristão proporcionou a mulher uma situação privilegiada. No lar o marido representava a cabeça e ela o coração. E como o coração era o centro da vida do homem, a esposa era no lar o centro da vida da família. Este privilégio lhe concedia as honras de soberana. Ela era a rainha do lar, a sua realeza era a mais graciosa e a mais digna. Aconselhava que a mulher não deveria trocar seu trono por nenhum outro trono do mundo. O que o homem conseguia pela força, a mulher gentilmente conseguia pelo amor.

Segundo o conselho do jornal, era esta sublime realeza, o centro de majestade sobrenatural que a mulher que se dizia moderna pretendia desprezar, ocupando na vida lugares que competiam exclusivamente ao homem. O lar já não constituía, para as mulheres imbuídas dessas teorias, que com os rótulos de modernas não passavam de anticristã, um trono onde deveriam exercer as prerrogativas de rainhas. Ela procurava em tudo equiparar-se ao homem. Queria ter iguais direitos, iguais

⁹³ *Jornal do Povo*, São Luís, p.04, 17 de Maio 1950.

atribuições. Chamava a isto de progresso. Mas, o resultado deste progresso era a degradação do mundo. Afirmava que, descuidando do lar, abdicando de sua realeza a mulher “moderna” passava a confiar totalmente a outrem a educação de seus filhos, cujo caráter, cujas tendências mãe mal conhecia.

Essas críticas diziam que a mulher moderna considerava o lar uma prisão, pois se o homem passava o dia fora dele, ia ali, ia acolá, haveria a mulher de ficar em casa, olhando menino, consertando roupa, fiscalizando a empregada?... – função muito prosaica para quem acompanha a evolução do século. A matéria concluía agradecendo a Deus pela praga do modernismo não ter se apoderado dela, e dizendo que nesta “província”, as mulheres, com talvez algumas poucas exceções, ainda fazia questão da sua realeza, ainda orgulhava-se do seu trono, ainda ostentava com altivez a sua coroa. Mas era preciso que se firmasse em bases cada vez mais sólidas, para formarem um dique poderoso, de molde a impedir a invasão desses maus costumes, que constituíam séria e gravíssima ameaça à nobreza e a destruição da família.

Neste conselho do *Jornal do Povo* observa-se a exaltação da mulher enquanto rainha do lar, onde devia exercer com dignidade seu papel social de cuidadora do marido e da família e educadora das futuras gerações. Atribuía ao feminino as características relacionadas à questão emocional e ao masculino as características relacionadas à razão. As mulheres que não aceitavam ser submissas ao sexo masculino eram consideradas anticristãs. A saída da mulher para o mercado de trabalho e a luta por igualdade de direitos era vista como um mau costume que representava uma gravíssima ameaça a manutenção da família e da ordem social.

A mulher também era a principal responsável pelo bem estar da família e pela felicidade conjugal. Por isso, deveria ser delicada, gentil e atenciosa com seu marido, sendo sua companheira e amiga. Como destaca a reportagem “Talvez a Culpa Seja Nossa”, do *Jornal do Povo*⁹⁴, de 6 de junho de 1950, a mulher era responsabilizada pelo desprezo do seu marido. Pois, se o homem prefere a rua, a companhia dos amigos do que o lar e a esposa, era porque a esposa não dedicava, como deveria fazer, à aparência de sua casa, que poderia ser pobre, modesta e simples, mas deveria ser sempre agradável e atraente. Pois, o homem por trabalhar o dia todo, necessitava de uma casa

⁹⁴ *Jornal do Povo*, São Luís, p.04, 06 de Junho 1950.

organizada e atraente para repousar, só uma casa alegre poderia atrair o esposo. Afirmava que havia esposa cuidadosa com o lar, mas desleixada com a sua aparência. A falta de cuidado com a aparência não atraía a atenção do marido. Ele ao regressar cansado, das lutas diárias, experimentava uma renovação de forças, ao deparar com uma fisionomia feliz e bem tratada da esposa. Esta deveria preocupar-se com a sua beleza, pois, quantas outras mulheres o homem encontrava em seu caminho.

A matéria relatava que para corresponder a dignidade de Rainha do Lar a mulher precisava preocupasse em aformosasse para o seu marido e não para ir à rua. Não era necessário, para isso, cobrisse de luxo, o encanto estava muito mais na simplicidade, na aparência saudável. Uma alma tranqüila e feliz, estampada em um semblante alegre, um espírito puro, refletido num conjunto harmonioso, que revele arranjo, que trescale (sic) perfume natural e sadio, que ateste higiene espiritual e física. Concluía dizendo que a esposa precisava conservar o amor do seu marido a todo custo, pra garantir a felicidade do matrimônio. Um dos pontos básicos para conservar este amor era apresentasse sempre bela, sempre tão atraente, que ele não encontra-se ninguém que a pudesse suplantar, que pudesse ocupar, mesmo em pensamento, um lugar que deveria ser exclusivamente dela.

De acordo com Bassanezi⁹⁵, para não comprometer o equilíbrio conjugal, a esposa não deveria questionar a divisão tradicional de papéis dentro do lar e exigir a participação do marido nos serviços do lar. A hierarquia conjugal baseada na legislação estabelecia o marido como o chefe, detentor de poder sobre a esposa e os filhos, a quem cabia as decisões supremas, a última palavra. Logo abaixo vinha a autoridade da esposa. Era interessante que o casal trocasse idéias, conversasse, mas pertencia ao homem a direção da família.

A mulher tinha a missão de garantir a harmonia e a felicidade conjugal. Para isso, precisava desempenhar bem as tarefas domésticas. Cozinhar bem, era visto como uma garantia de conquista do esposo e manutenção do casamento. No conselho “O Caminho do seu Coração⁹⁶”, do *Jornal do Povo*, de 8 de junho de 1950, dizia que o caminho que ia ao coração do homem passava pelo estomago. Assim, um dos meios mais seguros de se conquistar o esposo, era saber empregar uma boa dose de carinho,

⁹⁵ BASSANEZI, p. 626.

⁹⁶ *Jornal do Povo*, São Luís, p. 06, de 8 de Junho de 1950.

condimentada com um bocado de habilidades e o mais possível de esforço para descobrir e atender as preferências do paladar de seu marido.

Segundo o jornal, a mulher que tinha essa preocupação, andava meio caminho para a sua felicidade, que consistia na felicidade do marido. Por que a verdadeira alegria do casamento era ver o outro feliz. Questionava: qual era a mulher que não se sentia orgulhosa, ao constatar a verdadeira satisfação com que ele se servia deste ou daquele prato, sem esconder o sorriso no rosto e uma palavrinha de elogio? E, com alegria ainda maior, verificava que ele não trocava o paladar da comida de casa pelo da casa de ninguém, demonstrando-o nos repetidos convites a amigos, para almoçarem ou jantarem consigo? Aí, estava outra oportunidade da esposa de mostrar quanto gostava de ver contente o marido, receber com mais claras manifestações de agrado tais convites, embora isto lhe custasse, às vezes, largas manifestações de sacrifícios. Aconselhava que para manter a harmonia, a doçura dos primeiros anos do matrimônio, a esposa deveria adaptar o seu gosto ao paladar de seu marido.

Outra característica exigida da boa esposa era a capacidade de adivinhar os pensamentos e desejos do marido. Para isso, ela deveria estudar bem seu esposo para prever e satisfazer seus desejos, sem que ele sequer pedisse. De acordo com Besse⁹⁷, ao invés de competir com os homens, as esposas deveriam favorecer a carreira do marido, proporcionando infraestrutura material necessária, apoio emocional e exemplo moral.

No conselho “Tudo é Possível ao Amor”⁹⁸ do *Jornal do Povo*, de 13 de junho de 1950, relatava que para a esposa conservar o amor de seu marido, precisava compreendê-lo, conhecer seus sentimentos, suas inclinações, suas preferências. Precisava admirá-lo, exaltar suas qualidades de espírito, de coração e de inteligência. Fazia parte da felicidade da esposa sentir que seu marido estava acima dela. Uma vitória dele era sempre motivo de júbilo para ela, um elogio a seu respeito, um sinal de gratidão para com ele, de devotamento, era uma satisfação para ela.

O conselho dizia que pela força milagrosa do amor, a esposa aprendia a gostar daquilo que o marido gostava, a amar o que ele amava, e a querer o que ele queria. Pelo esposo, a mulher deveria tratar bem seus amigos e aprender a amar seus

⁹⁷ BESSE, op. cit., p. 84.

⁹⁸ *Jornal do Povo*, São Luís, p. 07, de 13 de Junho de 1950.

parentes. Aconselhava a esposa a abrir mão de seus desejos em prol das vontades de seu marido. Quando quisesse passear, ir ao cinema, mas seu marido preferisse ficar em casa, repousando no sossego do lar, modificasse sua vontade, abençoando a preferência dele e alegrando-se por lhe fazer companhia no ninho de amor, o lar. Questiona se haveria alguma coisa no mundo que se compasse a aventura de estar em sua casa, na companhia do seu marido, ao lado de seu filho? Gozando tranquilamente essa harmoniosa doçura, essa inefável paz que só no lar se gozava? Concluía dizendo que deixasse que a mulher moderna encontrasse tédio e monotonia no lar, para as boas esposas ele deveria ser sempre o seu belo e querido reino, onde o amor do esposo, secundado pela ternura dos filhos, erigisse, com o suave império da sua força, um trono magnífico para as esposas.

Segundo Besse⁹⁹, desde feministas, médicos e autoridades do Estado defendiam que a feminilidade da mulher só se concretizava com a maternidade, sua missão mais doce e mais sublime. A ciência defendia que a maternidade era uma necessidade biológica das mulheres, era uma vocação forçada e compulsória dada pela biologia natural.

A vocação natural das mulheres estava relacionada à maternidade e a vida doméstica, assim, desde pequenas as meninas eram preparadas para serem boas mães e excelentes donas de casa. Ser mãe e dedicasse aos filhos era uma obrigação social feminina, a sagrada missão da mulher da qual dependia a manutenção da família e o futuro da nação. No conselho “Sublime Privilégio”¹⁰⁰, do *Jornal do Povo*, de 15 de novembro de 1950, a maternidade era definida como missão grandiosa, sublime e divina. Considerava a maternidade uma benção de Deus, benção preciosa por representar a concretização de um sentimento intenso ao ligar mais profundamente dois corações que se amavam.

Segundo Besse¹⁰¹, entre as décadas de 1910 e 1920, aumentou as possibilidades de profissionalização da medicina, juntamente com o crescimento do poder da eugenia, estudo do aperfeiçoamento moral e físico da espécie humana, entre os médicos e no meio social. Estes fatores possibilitaram que o bem-estar da mãe e da criança ganhasse um status de prioridade. Nas décadas de 1930 e 1940, médicos e

⁹⁹ BESSE, op. cit., p86.

¹⁰⁰ *Jornal do Povo*, São Luís, p. 07, de 15 de Novembro de 1950.

¹⁰¹ BESSE, op. cit., p. 102.

higienistas assumiram postos de decisão no aparelho estatal. Eles esboçaram leis relativas ao bem-estar das mães e das crianças, realizaram inspeções sanitárias nas escolas e nos órgãos públicos, definiram currículos da escola normal sobre higiene e desenvolvimento infantil.

Os médicos e educadores influenciados pelas idéias eugênicas, de acordo com Besse¹⁰², defendiam que as mulheres precisavam compreender racional e cientificamente o desenvolvimento infantil e os princípios higiênicos para desenvolver plenamente a maternidade, cumprindo assim, com a função social de gerar e formar cidadãos saudáveis moral e fisicamente. As mães eram vistas como responsáveis pelo aperfeiçoamento da raça humana, através da observação dos princípios básicos de higiene e nutrição. Estavam em suas mãos o bem-estar da sociedade, o futuro da espécie e o destino da pátria.

As mulheres deveriam gerar filhos saudáveis, para exercer bem seu papel social, por isso precisava cuidar da sua saúde, durante a gravidez e depois do parto, período destinado a amamentação. Juntamente com o crescimento das idéias eugênicas, aumentaram nos jornais de São Luís propagandas relacionadas com os cuidados que as mães deveriam ter antes e depois da gestação.

¹⁰² Ibid. p. 109 e 110.

Figura 5: Propaganda Publicitária

COM UM FILHO DE
POUCAS SEMANAS...

— e entretanto,
já está forte
e bem disposta!

PARA Pôr o seu organismo em ordem, torná-lo e fazer os seus órgãos internos voltarem à normalidade, use Gravidina depois do parto. A ação de Gravidina nessa época é deixar em pouco tempo restaurar suas forças, livrando seus órgãos dos males que comumente os afetam. Além disso, aumentando as secreções das glândulas mamárias, esse excelente medicamento favorece a produção de leite em abundância e de boa qualidade. Gravidina deve, pois, ser usada no período da gestação — para nutrir e nutrir o seu filho — e depois do parto — para restaurar suas forças, defender sua saúde e garantir um bom aleitamento. Use-a antes e depois do parto.

Aqui estão os benefícios que Gravidina proporcionará à Sra. e ao seu filho:

- 1 - Evita os acidentes e complicações tão comuns durante a gravidez;
- 2 - Prepara convenientemente o seu organismo para um parto fácil e rápido;
- 3 - Restaura rapidamente as suas forças depois do parto;
- 4 - Assegura filhos fortes, bem constituídos e bem nutridos;
- 5 - Favorece a produção de leite em abundância e de boa qualidade.

Trabalho do Laboratório Licor de Casa Xavier S. A.




Fonte: A Tarde, São Luís, 1947.

Na imagem publicitária do jornal *A Tarde*¹⁰³, de 1947, sobre o medicamento para parturiente, a jovem mãe é apresentada como uma mulher amorosa, dedicada, recatada, delicada e saudável, como deveria ser o modelo de mãe ideal.

O medo constante de conflito, desordem social, anarquia e conseqüentemente degeneração dos costumes no meio urbano moderno, incentivaram os críticos do período a exigirem das mães uma maior atenção e cuidado com a educação moral de seus filhos. As mães, segundo Besse¹⁰⁴, além de garantir a saúde física de seus filhos,

¹⁰³ A Tarde, São Luís, 1947.

¹⁰⁴ Ibid. p. 112

deveriam possibilitar uma educação moral de acordo com os valores e habilidades burguesas de iniciativa, responsabilidades, disciplina. Assim, os filhos tornar-se-iam patriotas responsáveis pela prosperidade econômica nacional.

O *Jornal do Povo*, de 7 de setembro de 1950, traz o conselho “Tarefa Gloriosa”¹⁰⁵, afirmando que a grande responsabilidade da mulher era a restauração moral. Ela deveria pregar o grande postulado da moral pela palavra, que ela sabia revestir de sublime encanto. Deveria pregá-lo, sobretudo, pelo exemplo, que edificava e convencia. Deveria pregá-lo, especialmente, pela bondade, pela doçura, características que lhes eram inatas. Afirmava que esta era a missão da mulher, a mais encantadora, a mais nobre e a mais excelsa função que Deus criou para a criatura, a função de mãe, de esposa, de mestra, de filha, de mulher. Não da mulher tentadora que Eva representava, mas da mulher representada em Maria Santíssima.

A função da mulher na terra, segundo o jornal, a exemplo de Maria, era iluminar, com o fulgor magnífico da fé, os espíritos envolvidos pela nuvem da descrença. Iluminar com os raios da esperança, os corações desiludidos e entibiados pelo sofrimento. Iluminar com o esplendor maravilhoso da caridade, as almas que se desviaram das trilhas da virtude. Dizia que a mulher era soldada da fé, pioneira da esperança, sacerdotisa do amor, e que fora realmente fadada para a mais sublime e delicada missão, que era de fazer o bem, proporcionado a alegria. Fazer florescer virtudes, cultivando a felicidade. No meio da sociedade de que fazia parte, esta tarefa assumia um aspecto grandioso e magnífico. E sempre através da mulher e por causa dela que se faziam e verificavam as grandes transformações. Concluía dizendo que pela mulher, o homem era levado as grandes virtudes. Nela o homem se apoiava para a realização dos seus ardentes sonhos de glória. Este era o papel da mulher, o qual deveria de desempenhá-lo conscientemente para o bem da Pátria.

Nesse período, das décadas de 30 a 50 do século XX, cresceu a preocupação com o bem estar, a saúde e a educação das crianças. Segundo Besse¹⁰⁶, com o desenvolvimento da industrialização e da urbanização nas cidades, se multiplicavam os cargos burocráticos, crescia a demanda por uma força de trabalho moderna, sadia, qualificada e bem disciplinada. À medida que o conflito de classe se intensificava e a

¹⁰⁵ *Jornal do Povo*, São Luís, p. 05, de 7 de Setembro de 1950.

¹⁰⁶ BESSE, op. cit., p. 100.

vida urbana causava uma degeneração dos costumes, a educação moral das gerações futuras foi adquirindo importância. Aos olhos das elites modernizantes do Brasil as crianças já não eram mais meramente crianças, eram capital humano, necessário para a perpetuação e a glorificação da Pátria.

Com igual importância cresceu a responsabilidade dos pais, principalmente da mãe, sobre a educação e a socialização de seus filhos. Assim, os desvios de caráter, a desobediência, não eram mais vistas como hereditárias, vontade de Deus, destino. Os profissionais urbanos identificavam a educação como a principal determinante do caráter de uma pessoa¹⁰⁷.

Como a educação dos filhos ficava sobre a responsabilidade da mãe, esta deveria orientar de forma diferenciada meninas e meninos. Besse¹⁰⁸ afirma que aos meninos cabia o desenvolver as qualidades como: energia, iniciativa e independência. Os filhos deveriam ser incentivados a lutarem para superar as dificuldades diárias, afim de desenvolver habilidades necessárias para no futuro, tornarem-se profissionais bem sucedidos. Já as meninas deveriam ser educadas para cumprir a sua missão, que seria a de esposa, mãe e educadora das futuras gerações. Assim, as meninas deveriam desenvolver as qualidades de recato, doçura, dignidade, paciência.

Na reportagem do *Jornal do Povo*, “Onde esta a Graça Feminina?”¹⁰⁹ de 4 de maio de 1950, trata sobre a educação destinadas as moças, segundo a matéria, as mulheres deveriam conhecer todas as coisas para se defender contra os perigos do mundo, mas para isso, não era necessário que as meninas fossem mandadas a faculdade em busca de conhecimento, bastava que as mães, pessoas credenciadas para fazê-lo, revelassem as suas filhas aquilo que elas precisavam conhecer para se protegerem contra o mal. Concluía dizendo que as mulheres precisavam conhecer muitas coisas da vida, mas não tudo, somente o necessário, pois excesso de sabedoria tirava-lhe parte da doçura, da graça feminina.

Já em relação a educação dos meninos a reportagem do *Jornal do Povo*, “A diferença esta nas Mães”¹¹⁰, de 22 de junho de 1950, advertia sobre a conseqüência desastrada do amor exagerado de certas mães devido a capacidade de reação que

¹⁰⁷ Ibid. p. 100.

¹⁰⁸ Ibid. p. 112 e 113.

¹⁰⁹ *Jornal do Povo*, São Luís, p. 07, de 4 de Maio de 1950.

¹¹⁰ *Jornal do Povo*, São Luís, p. 07, de 22 de Junho de 1950.

acabavam por criar no filho. Um menino habituado a ver realizado todos os seus desejos, satisfeitos todos os seus caprichos, dificilmente saberia encarar os lances da adversidade. Ao primeiro embate esmoreceria, a primeira tentativa sucumbiria, recuando quase sempre rendido do campo de luta. Pois, se ele fosse habituado a viver a vida sem esforço, considerando-se um eixo formidável em torno do qual giravam as atenções exageradas, os mimos descabidos de uma mãe que não sabia o significado de querer bem, não desenvolvia a capacidade para enfrentar os mais simples revés da vida. Aconselhava as mães a apresentarem ao filho o sentido real da vida, e a se apoiar em Deus para educar bem seu filho, preparando-o para ser uma criatura fisicamente forte e espiritualmente feliz.

Segundo Besse¹¹¹, devido às novas exigências em relação às mulheres, como formar os futuros cidadãos da Pátria e manter-se sempre bela e atraente para seu marido, ficou inviável que as mulheres das classes médias e altas tivessem muitos filhos. Para cuidar pessoalmente dos filhos, a mãe deveria dispor de uma grande soma de atenção e cuidado, necessárias para o bom desenvolvimento físico, emocional e intelectual saudável. O custo econômico elevado para educar os filhos era outro fator que dificultava para as famílias numerosas. Por isso, as novas circunstâncias sociais e econômicas provocaram debates a respeito do controle da natalidade. Apesar dos médicos defenderem que a prática sexual sem objetivo da procriação prejudicava a saúde física e psicológica das mulheres e dos homens, passaram a reconhecer a necessidade moderna do controle da natalidade dentro do casamento.

A educação feminina, na primeira metade do século XX, segundo Besse¹¹², passou a ser defendida como uma necessidade. Pois, somente mães bem preparadas, com uma educação intelectual, profissional, cívica, moral e doméstica, poderiam seu papel social de formadora das futuras gerações e administradoras eficientes de seus lares. As mulheres também deveriam se instruir, pois, se ficassem desamparadas no mundo, teriam como ganhar a vida descentemente. Assim, a educação feminina não tinha a intenção de emancipar as mulheres, mas prepará-las para cumprir sua sublime missão.

¹¹¹ BESSE, op. cit., p. 115 e 116.

¹¹² Ibid. p. 123.

A educação feminina destinava a preparar as mulheres para exercer bem seu papel social de geradora e formadora dos futuros cidadãos do país. Hahner¹¹³ destaca a opinião de alguns intelectuais sobre a importância de se instruir as mulheres, em cujas mãos repousavam o destino da humanidade. Já que as mães modelavam os homens de amanhã, as meninas precisavam receber uma educação abrangente. Somente mães bem treinadas e dignas poderiam garantir o caráter de seus filhos. As mulheres deveriam contribuir para o progresso da nação, cuidando das primeiras instruções para os filhos e inculcando-lhes boa formação moral.

No relato do jornal *A Mocidade*¹¹⁴, segundo de 1935, a mulher era vista como fiadora da vida familiar estável e principal socializadora das gerações futuras¹¹⁵. De acordo com o jornal, como aquele era um momento de incerteza e dúvida, de plena desorganização intelectual e moral, por isso todos deveriam lutar contra as paixões que concorresse para agravar a situação angustiosa que se encontrava o meio social. Afirma que não cabia somente ao homem o direito de levantar o mundo do caos social em que se encontrava. O homem apesar de pertencer ao sexo forte, ainda necessitava da poderosa influencia do sexo frágil para reorganização universal. Sim, à mulher cabe um papel importante na sociedade.

O Jornal questionava como a mulher deveria desempenhar esse papel: Deveria ir para os campos de luta, tomando parte nos batalhões patrióticos? Ir para os Congressos, as Câmaras, fazer comício em praça pública, estimular o povo a trabalhar pelo interesse da coletividade? Assumir o governo de um Estado, de uma Nação? Tratar da vida política de seu país? Concluía que não, que a tarefa da mulher era a mais nobre, a mais dignificante e a mais árdua, cabendo-lhe o dever da formação do caráter do homem, pois tão somente ela era quem o ensinava a conhecer a justiça, a praticar a caridade e era quem plantava na sua alma a semente da fé. E era especialmente do lar e das escolas que a mulher deveria fazer o seu campo de batalha, e nele pôr em atividade todas as suas energias. Mas, para isso, era necessário que ela se instrísse se educasse e se habilitasse a praticar sempre o Bem. Finalizava, conclamando as jovens, suas companheiras, a estudarem muito e trabalharem ainda mais, pra que eles, os

¹¹³ HAHNER, June Edith. **Emancipação do Sexo Feminino: A Luta Pelos Direitos da Mulher no Brasil. 1850 – 1940.** Florianópolis: Editora Mulheres, 2003, p. 124 e 125.

¹¹⁴ *A mocidade*, São Luís, 1935.

¹¹⁵ BESSE, 1999, p. 7.

pertencentes do sexo forte, em vez de lhes considerarem inúteis e indispensáveis ao engrandecimento da Pátria e do mundo, passassem a reconhecer o seu valor e dizer em altas vozes que tudo poderiam fazer com a cooperação da mulher, a formadora dos bons caracteres, pois era principalmente de caráter reto e puro que necessitavam para o soerguimento da humanidade. E assim, Deus escolhia o que era fraco para enaltecer os fortes.

Diante o exposto acima, observasse uma grande preocupação com a saída da mulher para ocupar o espaço público, através de um forte discurso exaltando o lar como o seu campo de batalha e as funções de mãe e esposa como sua tarefa mais nobre e digna. Apesar do aumento das possibilidades educacionais e profissionais para as mulheres, as diferenças entre os papéis masculinos e femininos ainda eram bastante nítidas. As mulheres deveriam se instruir para exercer com excelência seu papel de mãe e educadora das futuras gerações. Contribuindo com engrandecimento da nação.

Segundo Besse¹¹⁶, apesar de maior acesso a educação, a maioria das mulheres se concentrava no ensino primário normal, já a escola secundária, que preparava para a faculdade, era composta em sua maioria por homens. As mulheres se concentravam nos cursos de preparação para o magistério e nas escolas comerciais, onde se formavam em datilógrafas e estenógrafas carreiras consideradas femininas. Poucas mulheres neste período haviam adentrado ao ensino superior, e as que conseguiram destinaram-se aos cursos de farmácia e odontologia. Besse chama atenção para a dualidade do sistema educacional brasileiro, onde o ensino primário era desvinculado do ensino secundário e da universidade. Isto funcionava para manter as hierarquias de gênero e classe. Os currículos educacionais também deixavam claros que a educação feminina tinha como prioridade preparar as mulheres para o casamento e a maternidade.

A grande preocupação dos políticos e intelectuais do período estava relacionada às baixas taxas de casamentos formais, principalmente entre as classes pobres. A explicação era dada no aumento do recrutamento de mulheres e crianças para o trabalho industrial, na circulação do discurso da “emancipação das mulheres”, entre a pequena elite e as classes médias urbanas, no aumento de oportunidades profissionais e

¹¹⁶ BESSE, op. cit., p. 127 e 128.

educacionais para as mulheres das classes médias, principalmente no setor de serviços, e na circulação de imagens cinematográficas estrangeira de mulheres trabalhadoras independentes e da *melindrosa* sensual. Os discursos oficiais passaram a defender o fortalecimento da família e do homem enquanto cabeça do casal e mantenedor do lar, como importantíssimos para manutenção da ordem social¹¹⁷.

Nas primeiras décadas do século XX, as mulheres das classes médias passaram a ocuparem mais espaços no mercado de trabalho. Besse¹¹⁸ aponta diversos fatores que contribuíram para isto: a passagem gradativa da produção doméstica para o mercado e consequente declínio do valor econômico do trabalho doméstico; a situação econômica precária da crescente classe média urbana, devido as altas taxas de inflação e a pressão para consumir produtos e serviços do mercado em expansão; a grande procura por funcionários no setor de serviços; a adoção pelas mulheres do valor burguês do trabalho, devido a uma vontade maior de auto-realização profissional e econômica. Devido ao crescimento econômico e a modernização do país, surgiam novos cargos em escritórios, bancos, comércio, administração pública e serviço social para a mão de obra feminina.

Besse¹¹⁹ afirma ter aumentado as oportunidades de emprego para as mulheres, mas os espaços destinados para elas continuavam sendo o espaço privado do lar. O trabalho feminino só se justificava no meio social por necessidade financeira, para as mulheres solteiras ou viúvas de classe média, quando os parentes não poderiam oferecer ajuda econômica, bem como as mulheres casadas que suplementavam as rendas de seus maridos. Porém, o emprego feminino não poderia levar as mulheres a abandonarem seus papéis familiares e nem destruir os estereótipos relacionados à feminilidade como delicadeza, doçura e recato.

No conselho “Cooperadora”¹²⁰, do *Jornal do Povo*, de 30 de setembro de 1950, reafirmava que a missão da mulher deveria se restringir ao lar, onde ela encontrava intermináveis ocupações para o seu zelo de esposa, mãe e dona de casa. Aconselhava que ela deveria amar o seu lar, onde ela imperava graciosa e dignamente. Pedia que a mulher deixasse ao homem a capacidade de pensar, resolver problemas,

¹¹⁷ Ibid. p. 4.

¹¹⁸ Ibid. p. 143.

¹¹⁹ Ibid. p. 146 e 147.

¹²⁰ *Jornal do Povo*, São Luís, p. 07, de 30 de Setembro de 1950.

cuja solução dependia a vida substancial da família, pois ele era a cabeça que pensava, ela o coração que amava. O marido agia, a mulher cooperava. Essa função de cooperadora era múltipla e infinita, exigindo compreensão, zelo, paciência, devotamento e renúncia. Doação integral de si mesma. Segundo o jornal, a mulher deveria reconhecer a nobreza de sua missão, entregando-se a ela de corpo e alma, sem jamais invadir o campo de atuação do homem.

A segmentação por sexo no mercado de trabalho foi uma estratégia utilizada para conciliar necessidades econômicas e interesses sociais, evitando a competição entre os sexos. Segundo Besse¹²¹, havia funções próprias para as mulheres, que eram consideradas compatíveis com a natureza feminina, eram elas: professoras, assistente social, enfermeiras, médicas, dentista, farmacêutica, técnica de laboratório, assistente administrativo, secretaria, vendedora, decoradora de interiores, funcionaria de hotel, operária da fábrica, empregada doméstica e pequena produtora agrícola. O código civil de 1916 estabelecia que a mulher casada só poderia trabalhar fora de casa, mediante permissão do marido.

Segundo Besse¹²², as leis protetoras aprovadas na década de 1930 era uma peça importante no empenho do governo Vargas para restringir o emprego feminino. Após 1930, o Estado adotou medidas mais duras para garantir o bem da família, da prole futura e da sociedade em geral. No decreto-lei de 1932, as mulheres não poderiam trabalhar entre dez horas da noite e cinco da manhã, salvo algumas exceções, era proibido as mulheres carregarem pesos excessivos, trabalharem em locais subterrâneos ou em construção civil e terem empregos perigosos. A fim de proteger a maternidade, nenhuma funcionaria poderia ser demitida por motivo de gravidez e após a gestação teria oito semanas de licença maternidade, após voltarem ao trabalho, se tivesse amamentando, teria dois intervalos de meia hora até o bebê completar seis meses. Tais leis ao invés de garantir o direito das mulheres grávidas, tinham o efeito contrário, serviam para discriminar as mulheres na busca por oportunidades iguais de emprego.

Besse¹²³ conclui que os cargos femininos não colocavam as mulheres em competição direta com os homens e nem proporcionava a elas progresso social e realização intelectual. Com a segmentação por sexo no mercado de trabalho, os homens

¹²¹ BESSE, op. cit., p. 157.

¹²² Ibid. p. 156.

¹²³ Ibid. 1999, p. 167

asseguravam suas posições privilegiadas e a economia dispunha de uma reserva de mão de obra feminina barata sem destruir a ideologia de gênero, preservando a ordem política e a hierarquia social.

No início do século XX, aquelas idéias mais emancipadoras que já circulavam a mais tempo na Europa e nos Estados Unidos, começaram a ter seguidoras no Brasil, havendo a luta pelos direitos políticos, o que possibilitou a conquista pelo direito ao voto para as mulheres. Algumas mulheres, influenciadas pelas idéias européias, não aceitavam mais caladas o papel de total submissão ao sexo masculino.

Neste contexto, começaram a surgir revistas, jornais, livros, em sua maioria escritos e patrocinados por mulheres das classes média e alta, que defendiam a educação para mulher, divórcio, participação política e sexualidade livre. Sobre este último ponto, ainda não era consenso no meio feminino, sendo muito mais defendido pelas mulheres de orientação anarquista.

A crescente migração de pessoas do campo para a cidade de São Luís no início do século XX devido à industrialização (parque fabril), vai promover a criação de leis, decretos e normas “que visavam à disciplina e à higiene social do novo modo de vida urbano”¹²⁴.

Essa migração foi acompanhada pelo crescimento das casas de prostituição em São Luís, fazendo com que houvesse também uma constante busca pela ordem social e pela moralização do espaço urbano. O decreto nº 152, de 31 de julho de 1931, do Interventor Federal, Pe. Astolfo Serra, intensificava a vigilância da cidade.

Ficava estabelecido logo no artigo 1º que o município da capital ficaria dividido em três distritos policiais cada um dos quais com uma delegacia de policia e tantas subdelegacias quanto exigir o serviço de policiamento.

Os passos da cidade eram controlados e nas ruas de grande movimentação e concentração de casas-de-pensão, casas-de-cômodos e hospedarias de meretrizes eram feitos giros diurnos e noturnos, pela guarda civil¹²⁵.

A conjuntura política da época proporcionou um aumento da intervenção do Estado sobre os espaços públicos e a vida em sociedade, visando sanear tanto os

¹²⁴ CAMPOS, op. cit., p.27.

¹²⁵ Ibid. p.30.

espaços quanto as pessoas. Segundo Campos¹²⁶, a construção da legitimidade varguista guiava-se por um discurso em que as contraposições entre o moderno e o arcaico, civilizado e incivilizado, higiênico e sujo, ordem e desordem, trabalhador e vadio, eram utilizadas como mecanismo de remodelamento social de uma nova brasilidade.

As mulheres de “vida fácil” representavam uma ameaça física e moral, o meretrício era envolvido em projetos segregadores de organização da cidade. Assim, o chefe de polícia propunha que fosse criado um espaço para a prática desse ofício, com o intuito de afastar as ‘maripozas’ do convívio familiar. Como um contra-ponto à prostituição, a ideologia varguista defendia como valores essenciais da mulher: o casamento, a honra (virgindade se fosse solteira, fidelidade ao marido se casada), a fé católica, a maternidade. Ou seja, a imagem da esposa-mãe-católica, como a responsável pela harmonia da família e da pátria.

Os governantes das décadas de 30 a 50 temiam o avanço e a consolidação das idéias feministas entre as mulheres das diferentes classes sociais, por considerar tais idéias um perigo às relações de poder dentro da família e no meio social, comprometendo, assim, a manutenção da hierarquia social. As políticas públicas relativas às questões de gênero, ao prescrever currículos educacionais, oportunidades de emprego, papéis públicos, responsabilidades familiares, comportamento sexual e traços de caráter adequados a homens e mulheres, deixava claro a diferença entre os papéis masculinos e femininos defendidas pelo governo. Assim, ao invés de utilizar a força física, a repressão policial, para garantir o controle social, “o Estado experimentou formas de controles mais “científicas” e “civilizadas”: socialização apropriada, persuasão moral, reforma institucional e benefícios materiais em troca de apoio político e comportamento social disciplinado¹²⁷”.

¹²⁶ Ibid. p.30.

¹²⁷ BESSE, op. cit., p. 6.

3. A DEUSA DO LAR: o modelo feminino burguês e o exemplo das primeiras damas.

Principalmente a partir da década de 1930, quando o espaço público se abriu ainda mais à participação feminina, a industrialização intensificava o processo de participação da mulher no mercado de trabalho, e a conquista do direito ao voto, em 1932, permitiu o acesso das mulheres aos cargos públicos, no mesmo compasso dos avanços e das conquistas, intensificou-se o discurso exigindo o retorno das mulheres ao lar e o reordenamento da família. Essas críticas consideravam o trabalho feminino como desestabilizador da família, e a ausência materna na educação dos filhos como responsável para o fracasso moral da sociedade. Os profissionais e intelectuais passaram a defender que o triunfo do progresso e a manutenção da ordem social dependiam do fortalecimento e da legitimação da família¹²⁸.

O Estado Novo pôs fim os direitos e conquistas femininas, elas só voltariam a votar e ser votada depois da segunda guerra mundial, com a redemocratização do país. No Estado Novo os líderes do regime vão se mostrar contra as lutas feministas por direitos de igualdade. Getúlio Vargas se mostrou contra a legislação do divórcio e concedeu perdão aos homens que cometeram crimes passionais em defesa da honra¹²⁹.

As esposas de homens públicos deveriam ser representantes legítimas do modelo de feminilidade vigente em sua sociedade. As primeiras damas brasileiras, da primeira metade do século XX, deveriam considerar a maternidade como o papel mais sublime que a mulher poderia desejar; compreender a autoridade masculina e submissão feminina como atos de obediência e amor; considerarem, como mães, responsáveis pela construção do homem de amanhã. Por isso, como representantes do ideário feminino, deveriam ser filhas obedientes, esposas dedicadas, mães exemplares e mulheres capazes de representar bem seus maridos socialmente.

A elas, enquanto mulheres cabiam o domínio do espaço privado, a família era seu espaço de atuação enquanto esposas e mães. Já aos homens, cabiam os domínios do espaço público, devido as suas capacidades e habilidades consideradas naturais

¹²⁸ Sobre o assunto ver HAHNER, June Edith. **Emancipação do Sexo Feminino: A Luta Pelos Direitos da Mulher no Brasil. 1850 – 1940.** Florianópolis: Editora Mulheres, 2003, p. 124 e 125.

¹²⁹ Sobre o assunto ver HAHNER, June Edith. **Emancipação do Sexo Feminino: A Luta Pelos Direitos da Mulher no Brasil. 1850 – 1940.** Florianópolis: Editora Mulheres, 2003, p. 124 e 125.

como: racionalidade, controle das emoções, tomada de decisões entre outras características e competências.

Segundo Simili¹³⁰, a imagem de casal e casamento feliz parece ter sido ingredientes políticos importantes na trajetória dos governantes, quando se considera que, historicamente, o poder masculino confiou às esposas um papel relevante para o homem público.

A política moderna encontrou na valorização e exposição da esposa pelo governante uma maneira de expor o que eles eram no privado: maridos e pais de família, contribuindo para as imagens destes como bons maridos e pais. Assim, a vida privada se transformava em crédito para a vida pública¹³¹.

Um exemplo de destaque nacional é o casal Getúlio Vargas e Darcy Vargas. Segundo Simili:¹³²

“Com relação a Vargas, um dos aspectos comunicados visual e verbalmente, em proporções variadas e desiguais, foi a presença e a participação de Darcy, acompanhando o governante, nas principais festividades públicas e cívicas, nos encontros presidenciais, nas inaugurações, nas comemorações, enfim, em diversas formas de celebrações do poder que tiveram palco durante o governo Vargas (...)”.

Darcy, como as mulheres de seu tempo, foi criada e educada para o casamento, aos 15 anos casou-se com Getúlio e com seis anos de casada já era mãe de cinco filhos. Cumpriu, assim, a missão destinada às mulheres de sua época, o casamento e a maternidade. Quando Darcy casou-se com Getúlio, este já havia iniciado a carreira política, e o papel de esposa de homem público lhe acompanharia juntamente com o casamento e a maternidade¹³³.

Simili¹³⁴ destaca que Getúlio viu em Darcy a mulher para ser sua esposa, pois ela era modelo ideal para exercer seu papel de homem. A pureza e inocência de uma menina de 15 anos tornavam-se credenciais femininas, e a diferença de idade entre eles lhe dava supremacia na construção de esposa e mãe ideal.

¹³⁰ SIMILI, Ivana Guilherme. **Mulher e política: a trajetória da primeira dama Darcy Vargas (1930-1945)**. São Paulo: Editora, UNESP, 2008, p. 58.

¹³¹ Ibid. P. 59.

¹³² Ibid. p. 58.

¹³³ Ibid. p. 25 e 26.

¹³⁴ Ibid. P. 26.

A imagem de um casal harmonioso e feliz era de fundamental importância, pois em abril de 1941 Vargas assinou o decreto lei nº 3200, que dispunha sobre a organização e a proteção da família, onde defendia a consolidação e a proteção da família tradicional e a procriação para aumentar a população.

Considerando os objetivos dos governantes com relação às festividades do poder, supõe-se que, ao acompanhar Vargas e participar das solenidades públicas e políticas, Darcy fornecia os elementos simbólicos para a composição de uma imagem de casal, de casamento e família, que era útil ao governante e seu governo. Pela figura da mulher, Vargas acenava para o público e demonstrava a imagem de homem que deveria ser visto; com a participação da primeira-dama, a população encontrava no casal os elementos simbólicos para imaginar o casal e um casamento perfeitos; do casal emanavam os sinais que contribuíam para a formatação de uma atmosfera favorável à fabricação de imagens de representações de sociedade feliz e harmônica, ansiada pelo poder nessas ocasiões¹³⁵.

De acordo com Simili,¹³⁶ Darcy teve sua vida compartilhada social e culturalmente com outras mulheres que desempenharam esse papel no início do século XX, mas durante sua trajetória, foi marcando sua diferença e singularidade no grupo do qual fazia parte. Do convívio com Getúlio foi se construindo uma esposa disposta a ajudá-lo no trabalho político e que aos poucos foi se habituando às pessoas e seus interesses no homem público, se acostumando com as recepções e as festas sociais e políticas.

No Maranhão, nesse período, temos o exemplo do casal Paulo de Sousa Ramos e Nazareth Chaves Ramos. Paulo Ramos governou o Maranhão de 1936 a 1945, sendo frequente nos jornais de São Luís notícias a respeito das ações sociais e políticas do interventor, com destaque para a presença da primeira dama nessas cerimônias.

O *Jornal Correio da Tarde*¹³⁷ de 8 de agosto de 1940, destaca a chegada do interventor Paulo Ramos e sua esposa Nazareth Ramos, juntamente com seu filho Paulo, a bordo do paquete Híndanger de regresso da Capital da República, onde, segundo o jornal, encontrava-se a sessenta dias tratando dos interesses do Maranhão. O jornal relata que quando foi anunciado a entrada do paquete Híndanger, zarparam da rampa do palácio inúmeras embarcações a vela e diversas lanchas levando a comissão

¹³⁵ Ibid. p. 63e 64.

¹³⁶ Ibid. p. 31e 35.

¹³⁷ *Correio da Tarde*, São Luís, p. 05, de 8 de Agosto de 1940.

promotora das homenagens ao chefe do governo maranhense, altas autoridades civis e militares e amigos do interventor.

Ainda sobre essa recepção, o jornal destaca que na rampa de desembarque aguardavam a família Ramos, inúmeros amigos, representantes de todas as classes sociais e o clero. Após a saudação preferida pelo prefeito da cidade, Dr. Pedro Neiva de Santana, o interventor Paulo Ramos disse em ligeiras palavras tudo o que havia conseguido junto ao chefe da Nação, dr. Getúlio Vargas, para o progresso do Maranhão, sendo bastante aplaudido pelo povo. Em seguida foi organizado o cortejo de automóveis que acompanhou o Sr. Paulo Ramos até sua residência provisória na Praça Deodoro, tendo antes, percorrido as principais ruas da cidade.

Dois dias depois do retorno do interventor à capital maranhense, o *Jornal Correio da Tarde*¹³⁸, de 10 de agosto de 1940, destaca uma sessão de gala oferecida pela empresa Roxy Limitada, proprietária do cine Roxy, ao Sr. Paulo Ramos e a sua exma. esposa Sra. d. Nazareth Pires Chaves Ramos, em virtude do quarto aniversário de seu governo. Antes de começar a sessão cinematográfica com o filme *Convite a Felicidade*, o Sr. Roberto Gonçalves discursou em nome da empresa. Ao terminar a sessão, na qual compareceram, além dos homenageados, pessoas da alta sociedade e autoridades civis e militares, o Dr. Paulo Ramos cumprimentou os proprietários do Roxy, agradecendo as homenagens que foram prestadas e exaltando o filme. O jornal destaca ainda que, na porta do cine se apresentou a banda de música da Força Pública do Estado.

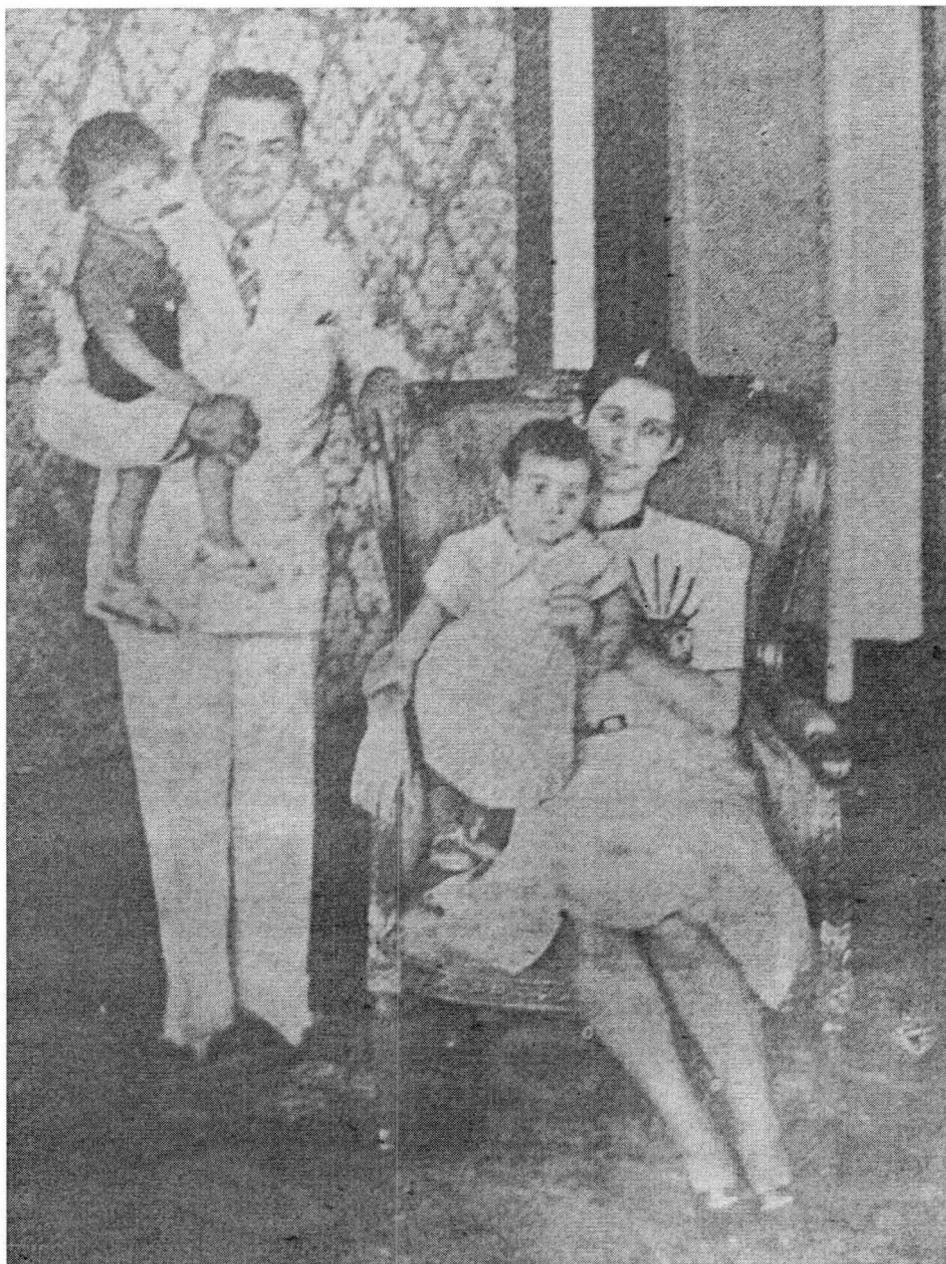
Nas duas reportagens comenta-se a presença da primeira dama do Estado, acompanhando o esposo nas festas sociais e nas cerimônias políticas. A presença de Nazareth Ramos, contribuía para a construção da imagem de casamento feliz, de casal modelo, especialmente, após o nascimento do primeiro filho, que recebera o mesmo nome do pai.

A revista *Atenas*, de 1940 traz uma fotografia posada da família Ramos, onde Nazareth aparece sentada carregando no colo a filha mais nova, enquanto Paulo Ramos aparece de pé carregando o filho mais velho. A fotografia traz a imagem de uma família ideal, típica do modelo burguês. A pose do interventor de pé, em um plano

¹³⁸ *Correio da Tarde*, São Luís, p. 07, de 10 de Agosto de 1940.

superior, dá a idéia de um marido, chefe de família, provedor do lar e, ao mesmo tempo, ao carregar um dos filhos no colo, passa a idéia de um pai dedicado e amoroso. Já a imagem de Nazareth Ramos sentada, em um plano inferior, carregando a filha mais nova, passa a idéia de uma esposa obediente e submissa ao marido, uma mãe dedicada, amorosa e comprometida com o bem estar da família.

Figura 6: Família Ramos.



Fonte: Revista Athenas, outubro de 1940.

O início do século XX é marcado na história das mulheres como decisivo na luta feminina por mais igualdade de direitos políticos e sociais entre os gêneros. Como destaca Hahner¹³⁹, foi um momento de luta e conquistas de algumas mulheres por mais educação, emprego e voto, a exemplo de Bertha Lurtz e Maria Lacerda de Moura que, em 1920, na cidade do Rio de Janeiro, fundaram a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, que se transformou em 1922 na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

De acordo com Hahner¹⁴⁰ esta instituição tinha como objetivos: promover a educação feminina, elevando seu nível de instrução; promover a proteção à mãe e a infância; obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino; auxiliar e orientar as mulheres na escolha de uma profissão; estimular a sociabilidade e a cooperação entre as mulheres e incentivá-las a interessarem-se por questões sociais de alcance público; assegurar às mulheres os direitos políticos e prepará-las para o exercício consciente desses direitos; estreitar os laços de amizade com os demais países, a fim de gerar a manutenção da paz e da justiça no Hemisfério Ocidental.

As décadas iniciais do século XX também foram marcadas por outra forma de participação pública feminina, a filantropia e o assistencialismo. Segundo Simili¹⁴¹, essa era uma forma de atuação pública das mulheres, vista como legítima, cabível nos movimentos político realizados pelos homens.

O assistencialismo e a filantropia, praticados pelas mulheres nas décadas de 1930, eram considerados uma forma legítima de atuação feminina fora do lar, pois as mulheres estavam levando suas habilidades, consideradas como naturais, e típicas da feminilidade, para o espaço público, ao cuidar, amparar e educar os filhos de outras mães, contribuindo com a ordem, bem estar e desenvolvimento da nação.

Segundo Simili¹⁴², as preocupações relacionadas à maternidade e a infância vão levar as mulheres das elites brasileiras a atuarem no espaço público assistencial, onde vão desenvolver projetos e programas destinados ao atendimento de mães e crianças. Segundo a autora, as altas taxas de mortalidade infantil estimularam a atuação

¹³⁹ HAHNER, June E. **A Mulher Brasileira e as suas Lutas Sociais e Políticas: 1850-1837**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 45.

¹⁴⁰ Ibid. p. 45.

¹⁴¹ SIMILI, op. cit., P. 40.

¹⁴² Ibid. p.88 e 89.

dessas mulheres, que consideravam a ignorância das mães, devido à falta de conhecimentos básicos de puericultura, a persistência de práticas tradicionais no cuidado das crianças, a amamentação artificial e a alimentação inadequada, como as causas principais de morte entre as crianças.

Os preconceitos, resistências e discriminações sofridas pela maioria das mulheres no mercado de trabalho, não atingiu as mulheres das classes médias e altas que se envolveram com o trabalho voluntário em favor de causas caritativas. Pois, segundo Besse¹⁴³, o trabalho feminino de caridade não ameaçava a hierarquia de gênero, pelo contrário, representava um reforço para ela. Por não ser um trabalho remunerado, não afetava os papéis de mãe e esposa, e nem ameaçava o papel do marido enquanto chefe de família.

Segundo a autora, o trabalho de caridade no Brasil também servia para reforçar as diferenças de classe. A atuação das mulheres das classes abastadas nos serviços de caridade tinha como objetivo atenuar os conflitos entre as classes e legitimar a ordem social. Os intelectuais profissionais, homens, viam o trabalho de caridade como um meio importante de promover a paz social e moralizar os costumes.

Besse¹⁴⁴ destaca que as mulheres das classes altas consideravam que, ao dispensar tempo e suas lições às mulheres humildes, contribuía para a formação moral das moças pobres. Assim, o trabalho de caridade deveria instituir creches, onde as crianças pobres, filhos das trabalhadoras, pudessem ser moralmente educadas e instruídas para a vida. Ainda segundo essas premissas, deveria também desenvolver programas de assistência para livrar as mulheres pobres do vício e salvar as que tivessem sido corrompidas pela prostituição e o alcoolismo.

No Brasil, a partir da década de 1910, proliferou e prosperou os trabalhos de caridade. De acordo com Besse¹⁴⁵, as mulheres das classes abastadas, além de verem neste trabalho uma oportunidade legítima de participação pública, como uma oportunidade de vencer a ociosidade, o tédio, era uma válvula de escape para seus talentos e energias. As mulheres das elites também viam no trabalho social um meio de

¹⁴³ BESSE, Susan K. **Modernizando a Desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil 1914-1940**. São Paulo: USP, 1999. P. 168.

¹⁴⁴ Ibid. p. 169.

¹⁴⁵ Ibid. p. 169 e 170.

conseguir respeito e projeção social por seus próprios esforços e não por mera identificação com seus maridos.

A maioria das organizações femininas de caridade organizava, administrava e levantava recursos financeiros para programas de assistência social, destinados a proporcionar instrução moral e prática, juntamente com a ajuda material e assistência médica às mulheres solteiras necessitadas, crianças pobres e abandonadas, mães pobres e à classe operária. Besse¹⁴⁶ destaca que, principalmente as mulheres solteiras, viam o trabalho de caridade como uma oportunidade de frequentar locais públicos desacompanhadas, flertar com rapazes e ter suas fotografias estampadas nas revistas femininas.

Besse¹⁴⁷ destaca as idéias de Amélia de Rezende Martins, uma mulher que na década de 1920 tentou formar uma rede nacional de organizações de assistência social. Para Amélia, a gravíssima crise moral do Brasil exigia reação organizada, uma mobilização das mulheres para salvar o Brasil da falência moral. Acreditava que as mulheres das elites, por terem uma superioridade moral inata, estavam naturalmente qualificadas para esta tarefa. Porém, elas precisavam de homens com sua clara visão e espírito prático. Assim, as senhoras trabalhariam amparadas pelo apoio masculino, e estas aproveitando de suas relações de classe, apelavam pelo apoio financeiro dos homens, doadores potenciais do governo, da indústria e do comércio.

O trabalho de caridade desenvolvido no Brasil, ao invés de diminuir as desigualdades sociais, reforçava as diferenças entre as classes. Ao moralizar as mulheres e as crianças pobres, estava amenizando as tensões sociais e contribuindo para a manutenção da ordem, do bem-estar social e do desenvolvimento da nação. Ao mesmo tempo em que não ameaçava a hierarquia de gênero, pois, as mulheres das elites desenvolveriam seu trabalho em prol do bem público, usando de suas influências e amparadas pelo apoio e habilidades masculinas.

Nas práticas (...) das mulheres, é nítido o conceito de caridade: o sentimento de solidariedade e de fraternidade humana direcionando a atuação assistencial, o trabalho missionário com forte inspiração religiosa de amor ao próximo, a ajuda prestada pelos ricos aos pobres em que as esmolas são dadas e as doações feitas para o alívio dos

¹⁴⁶ Ibid. p. 170.

¹⁴⁷ Ibid. p. 170 e 171.

problemas enfrentados pelos segundos, visando, com as ações, ao alívio imediato das dificuldades por eles vivenciadas¹⁴⁸.

A partir da Primeira Guerra Mundial, devido ao desenvolvimento do processo de industrialização e o crescimento da classe operária, juntamente com suas reivindicações, as ações assistenciais encontram um terreno propício para a sua disseminação. Porém, segundo Cerqueira Filho¹⁴⁹, a questão social era definida como ilegítima, subversiva, “caso de polícia”, pelos poderes públicos. Por isso, deveria ser resolvida pelos órgãos repressivos do governo.

Como na Primeira Guerra Mundial, a questão social não era considerada um problema público, segundo Simili¹⁵⁰, ela estava quase exclusivamente sob os cuidados da iniciativa privada. Ainda estavam em atuação as irmandades religiosas provenientes do período colonial, que dispunha de tratamentos de saúde, auxílio funerário, empréstimos e pensões para viúvas e filhos. Segundo a autora, outro tipo de atuação assistencial era as sociedades de auxílio mútuo, que se destinavam a garantir assistências sociais a seus membros, proporcionais as suas contribuições, sendo uma espécie de antecessores dos sindicatos. Havia também as Santas Casas de Misericórdia, órgãos de iniciativa privada que atendiam os pobres.

Outros órgãos de assistência comuns nas cidades brasileiras eram as creches, orfanatos, lactários, os asilos, as vilas dos pobres, os dispensários, entidades de assistência a cegos, surdos, filhos de tuberculosos, leprosos, entre outros. Estes órgãos tinham a finalidade de minimizar os efeitos da pobreza, do desamparo e das precárias condições de vida dos trabalhadores¹⁵¹.

Em síntese: enquanto os problemas relacionados à pobreza, ao desamparo da população foram concebidos como não pertencentes aos assuntos do Estado, enquanto a pobreza foi tida como problema a ser resolvido pela sociedade civil e pela igreja, deixando seu equacionamento como benemérito dos homens e mulheres bons, criaram-se as bases para o desenvolvimento de práticas pela sociedade, orientadas pelo ideário de caridade cristã de amor ao próximo, que tinham nas mulheres as suas principais praticantes¹⁵².

¹⁴⁸ SIMILI, op. cit., P. 42.

¹⁴⁹ CERQUEIRA FILHO, G. **A questão social no Brasil: crítica do discurso político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. Apud. SIMILI, op. Cit., p. 43.

¹⁵⁰ Ibid. p.43.

¹⁵¹ Ibid. p. 43.

¹⁵² Ibid. p. 44.

Devido ao agravamento das contradições sociais proveniente do desenvolvimento econômico, a partir da década de 1930, a questão social passou a ser considerada legítima, como uma questão política, pertencente a esfera do Estado, passando a ser enfrentada por políticas sociais e assistenciais.

De acordo com Simili¹⁵³, para compreender melhor a política e econômica social pós 1930, é necessário entender o conceito de cidadania do período. Os cidadãos seriam os indivíduos que exerciam atividades reconhecidas por lei, por isso, tinham direitos trabalhistas e previdenciários garantidos. Já os não cidadãos eram aqueles empregados temporários, desempregados, ou indivíduos que exerciam atividades não reconhecidas pelo Estado, sendo denominados como pré-cidadãos. Eles, por não possuir direitos políticos, ficavam a cargo das ações assistencialistas.

Com a industrialização, o crescimento das cidades, o êxodo rural, agravou-se o problema da infância desvalida, as crianças perambulando pelas ruas, morando em favelas, trabalhando nas indústrias. Segundo Simili¹⁵⁴, as instituições de proteção a infância que se destinavam a recolhimento e abrigo de crianças em asilo, remanescentes do período colonial, mostravam-se incapazes de atender essa nova demanda social. De acordo com a autora, é quando surge “a questão do menor”, designativo de um tipo de infância, desfavorecida, delinquente, carente, abandonada.

De acordo com Mariza Correa¹⁵⁵, as problemáticas relacionadas à criança e ao menor, em 1930 passam a ser consideradas políticas do Estado, que deveriam ser enfrentadas por meio de sua institucionalização. Assim, as instituições sociais que surgem neste momento eram diferentes das atividades tradicionais da caridade. Elas envolviam de forma mais direta os membros da grande burguesia e possuíam uma gama maior envergadura e eficiência técnica.

Segundo Simili¹⁵⁶, nas décadas de 1930 e 1940, Vargas estabeleceu medidas legislativas e institucionais com o objetivo de solucionar os problemas relacionados à infância, ao trabalho infantil e a delinquência. Vargas desenvolveu uma legislação

¹⁵³ Ibid. p. 83.

¹⁵⁴ Ibid. p. 84.

¹⁵⁵ CORRÊA, Mariza. **A cidade de menores: uma utopia dos anos 30**. In. FREITAS, M. C. de. (Org.) *História Social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997.

¹⁵⁶ SIMILI, op. cit., p.89.

específica para a infância, onde por meio do decreto N° 22024, de 1932, proibiu o trabalho para menores de quatorze anos, e o permitia para aqueles com idade entre doze e quatorze que trabalhassem em locais onde tivessem empregadas pessoas de uma só família e nas instituições de ensino profissional ou de caráter beneficente.

De acordo com Marcílio¹⁵⁷, a filantropia praticada a partir das décadas de 1930 tinha o objetivo de formar o homem higiênico, o bom trabalhador, o cidadão normatizado e disciplinado. Desejava, assim, construir uma sociedade harmoniosa, estável e feliz.

Analisando as práticas filantrópicas a partir das décadas de 1930, observa-se que estas ações eram parte integrante de uma política governamental maior, cujo objetivo estava relacionado com a manutenção da hierarquia e da ordem social. As instituições assistenciais, ao se destinarem em amparar, educar e promover a formação profissional das crianças e jovens, estavam cumprindo a sua função social de transformar jovens em trabalhadores fortes, dóceis, disciplinados, ou seja, o “homem higiênico”, o cidadão burguês.

Outra marca da década de 1930 foi a profissionalização das assistentes sociais. Simili¹⁵⁸ destaca o primeiro curso de formação social realizado em 1932, na cidade de São Paulo, promovido pelas freiras do Colégio Des Oiseaux, e que após seu término surgiu o Centro de Estudos de Assistência Social. Em 1936 surgiu a Escola de Serviço Social de São Paulo, iniciando a primeira turma com quatorze moças, que se tornariam as primeiras Assistentes Sociais do Brasil.

Diversos intelectuais passaram a defender o serviço social como uma profissão a mais para as mulheres além do magistério. Segundo Simili¹⁵⁹, a criação nos anos de 1930 de entidades filantrópicas pelas mulheres, tem como base a ampliação das funções maternas no espaço público. A profissionalização da assistência social para as mulheres, era vista como uma prolongação das funções de mães, professoras primárias, sendo promovidas pelas políticas públicas estatais.

¹⁵⁷ MARCÍLIO, Maria. Luíza. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

¹⁵⁸ SIMILI, op. cit., p. 92.

¹⁵⁹ Ibid. p. 93.

O discurso maternalista pode ser entendido como um elemento que compôs o campo das práticas e das representações das mulheres que nos anos de 1930 se envolveram com a filantropia e que também participaram da política do Estado no desenvolvimento de políticas sociais destinadas à infância e à maternidade¹⁶⁰.

Segundo Gois¹⁶¹, as primeiras assistentes sociais foram provenientes de diversas camadas sociais, sendo a maioria, professoras primárias, que trabalhavam para auxiliar o sustento da família. De acordo com o autor, as primeiras assistentes sociais não buscavam apenas a profissionalização, mas também uma forma de custear sua sobrevivência e de sua família. Segundo ele, foram diversas as motivações que levaram as pioneiras a buscarem o curso de assistentes sociais: a vocação, o ideal de servir ao próximo, o compromisso com o progresso da nação, a necessidade de aumentar os vencimentos, a busca da profissionalização, a realização pessoal e uma oportunidade de penetrar no espaço público.

As primeiras damas brasileiras desenvolveram o trabalho assistencial, criando, dirigindo instituições filantrópicas e se envolvendo com políticas para a infância. Um exemplo marcante na história brasileira foi o da primeira-dama de Darcy Vargas esposa de Getúlio Vargas. Darcy teve sua trajetória marcada pela participação na política assistencial.

Segundo Simili¹⁶², Darcy é considerada pioneira, dentre as primeiras-damas brasileiras, na atuação em instituições assistenciais pertencentes à estrutura do Estado. A participação de Darcy em instituições ligadas ao Estado começou em 1934, através do apoio a fundação Abrigo Cristo Redentor, no Rio de Janeiro. Outras iniciativas foram: um abrigo para mendigos, Escola de Pesca Darci Vargas, Escola Agrícola Presidente Vargas. Nas décadas de 1930 e 1940 a participação de Darcy na política assistencial foi marcada pela criação da Fundação Darcy Vargas, em 1938, e pela atuação na presidência da Legião Brasileira da Assistência, entre 1942-1945.

¹⁶⁰ Ibid. p. 94.

¹⁶¹ GÓIS, João Bôsko Hora. Reprodução da Hierarquia entre os Gêneros e a Preocupação com as Condições de Vida das Mulheres- A condição Feminina no Discurso do Serviço Social (1939- 1950). In: **Revista Gênero**, v.01, n.02, 1. sem. de 2001.

¹⁶² SIMILI, op. cit., p. 10.

De acordo com Simili,¹⁶³ A Fundação Darcy Vargas era uma entidade filantrópica que tinha o objetivo de curar, amparar a infância desvalida e ainda oferecer o ensino profissionalizante para menores, com o intuito de prepará-los moral e fisicamente para atuarem na sociedade. Um ramo da Fundação era a Casa do Pequeno Jornaleiro, pois estes menores exerciam seus trabalhos pelas ruas da cidade e ficavam expostos a diversos perigos, o que poderia levá-los a criminalidade. Assim, o pequeno jornaleiro era considerado um problema social, que necessitava da intervenção dos poderes públicos. Com o intuito de proteger as crianças e os jovens desvalidos, a Casa do Pequeno Jornaleiro destinava-se a amparar, educar e encaminhar os vendedores de jornais através do ensino profissionalizante.

No governo de Vargas havia uma grande preocupação com construção de uma imagem positiva do presidente, um dessas imagens o considerava como o pai dos pobres. A propaganda política foi uma arma fortemente utilizada pelo governo para conquistar o apoio da classe popular. A propaganda tinha como objetivo exaltar a figura do chefe da nação e a popularizar a ideologia do regime. No período da construção da Casa do Pequeno Jornaleiro houve uma preocupação em investimento governamental com propaganda. O governo investiu em propaganda, com a finalidade de dar visibilidade as realizações da primeira dama, e, conseqüentemente, à política social preconizada pelo governo para a infância e a juventude¹⁶⁴.

Na criação da Fundação Darcy Vargas estava presente a hierarquia de gênero. A primeira-dama desenvolvia seu trabalho em prol do bem público, usando de suas influências, mas, amparada pelo apoio e habilidades masculinas. Darcy era a figura central da instituição, pois como presidente era figura de maior visibilidade. Porém, segundo Simili¹⁶⁵, para criar a instituição, Darcy buscou apoio e associou-se aos homens, nomes expressivos da assistência social, como Raphael Levy Miranda, e da política, como Romero Estelita, ministro da fazenda, estes foram alguns dos nomes que compuseram o rol dos conselheiros da Fundação, os quais eram personagens de sustentação da obra assistencial.

¹⁶³ Ibid. p. 81.

¹⁶⁴ Sobre este assunto ver CAPELATO. O Estado Novo: o que trouxe de novo? .In. FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. V.2. p. 124 e SIMILI, Ivana Guilherme. **Mulher e política: a trajetória da primeira dama Darcy Vargas (1930-1945)**. São Paulo: Editora, UNESP, 2008, p. 95.

¹⁶⁵ SIMILI, op. Cit., p. 10.

Além da Casa do Pequeno Jornaleiro, a Fundação Darcy Vargas, na década de 1940, ampliou suas atividades com a Casa do Pequeno Lavrador, a colônia de férias da Casa do Pequeno Jornaleiro, a escola primária Álvaro Sodré e o restaurante da casa do Pequeno Trabalhador¹⁶⁶.

Em 1942 Getúlio Vargas declarou a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, ao lado dos países aliados contra as forças “nipo-nazifascistas”. Logo após, Getúlio declarar a entrada do Brasil no conflito, a primeira- dama Darcy Vargas criou a Legião Brasileira da Assistência (L.B.A.), com o intuito de promover o apoio aos soldados e seus familiares. Para desenvolver este projeto assistencial Darcy contou com a ajuda do governo, do empresariado e das mulheres das elites e da classe média, grupo composto por jovens e senhoras¹⁶⁷.

Segundo Simili¹⁶⁸, a L.B.A. foi a primeira instituição pública de cunho assistencial, vista como um eixo mobilizador pelo governante ao formar um front interno composto por mulheres para auxiliar a vitória do país na guerra. A propaganda nos órgãos de imprensa foi uma estratégia utilizada para mobilizar as mulheres a compor o quadro do voluntariado feminino.

Nos jornais de São Luís era frequente a convocação das mulheres para contribuir em prol da vitória do país no conflito mundial. A reportagem do jornal *Correio da Tarde*¹⁶⁹, de 16 de abril de 1943, intitulada “A Cooperação da Mulher Brasileira”, relatava que na guerra a mulher brasileira estava cooperando moral e materialmente com os homens para a defesa da soberania brasileira em favor das armas democráticas contra a cobiça totalitarista. Na Cruz Vermelha, na indústria, no comércio, nas repartições públicas, enfim, em todos os setores, onde a mulher brasileira poderia contribuir com o seu serviço. Segundo o jornal, com a convocação do jovem brasileiro, a mulher deveria lhe substituir em vários encargos, que antes lhe era confinado. Toda aquela que por qualquer motivo negasse a prestar ajuda para o extermínio completo do nazi-fascismo, assinava com a própria mão o seu suicídio moral. Concluía dizendo que nenhuma brasileira ira faltar nesta hora grave com o seu dever sagrado com a Pátria, que

¹⁶⁶ Ibid. p. 10.

¹⁶⁷ Sobre este assunto ver, SIMILI, Ivana Guilherme. **Mulher e política: a trajetória da primeira dama Darcy Vargas (1930-1945)**. São Paulo: Editora, UNESP, 2008, p. 133.

¹⁶⁸ Ibid. p. 139.

¹⁶⁹ *Correio da Tarde*, São Luís, p. 07, de 16 de abril de 1943.

exigia de todos, sem distinção de sexo, que soubessem honrar o nome glorioso do Brasil.

Assim, pelo bem da nação, as mulheres brasileiras, neste momento delicado de guerra, deveriam abandonar a sua sublime realeza, o lar, e contribuir onde fosse necessário, para a vitória do Brasil contra o nazi-fascismo. Como destaca Simili:

Pra encorajar as mulheres, as palavras de ordem disseminadas pelo corpo social por meio da imprensa foram as de que, naquele que era uma tremenda “conflagração mundial”, a Segunda Guerra Mundial, a mulher brasileira teria, mais uma vez, trabalhar pelo engrandecimento de nossas forças, para o encorajamento dos que talvez tenha que seguir para as linhas de frente, na defesa da Pátria e das instituições livres do mundo. As mulheres do Brasil, as nobres filhas deste país, tinham o papel a cumprir na guerra, que era o de fazer sacrifício em nome da Pátria, cedendo seus pais, seus filhos, seus maridos, seus noivos. Elas deveriam estar disponíveis para trabalhar onde e no que fosse necessário¹⁷⁰.

Para sensibilizar as mulheres em contribuir com o que sabiam e podiam fazer em prol da Pátria, eram veiculados na imprensa, cartazes propagandas convocando as mulheres a se escreverem como voluntárias da L. B. A.

Segundo Simili¹⁷¹, a Legião Brasileira da Assistência tinha a finalidade de mobilizar as mulheres para o enfrentamento dos problemas gerados pela participação do Brasil no conflito mundial. Milhares de mulheres tornaram-se voluntárias da Legião Brasileira da Assistência, onde foram criados diversos cursos, com o intuito de preparar as jovens para atuarem em prol da nação, neste momento de guerra.

Para as voluntárias da assistência foram disponibilizados os cursos de formação de voluntárias: da defesa passiva, de alimentação, para samaritanas e socorristas, para visitadoras e educadoras sociais. Segundo Simili¹⁷², foram realizados pela instituição diversos serviços como o de costura e produção de bandagem, que se destinava a produzir roupas e materiais hospitalares para aos soldados e seus familiares. Além desses serviços, foram realizadas diversas campanhas, que tinham como público

¹⁷⁰ SIMILI, op. cit., p. 10.

¹⁷¹ Ibid. p.125.

¹⁷² Ibid. p. 152.

alvo as mulheres. Um delas foi a campanha da madrinha do combatente, cujo objetivo era conseguir mulheres que pudessem dispor de tempo para escrever cartas e gravar mensagens radiofônicas de apoio, incentivo e conforto para os soldados que enfrentavam sofrimentos físicos e emocionais no front de guerra.

O jornal *Correio da Tarde*¹⁷³, de 1 de março de 1944, traz uma matéria intitulada “Livros para os Soldados”, onde destaca a campanha da L. B. A. em favor da coleta de livros para os soldados brasileiros. Convocava a população a doarem seus livros para os soldados da Pátria, pois, um livro poderia ser um consolo, uma instrução para os soldados no front.

Simili¹⁷⁴ destaca o curso de defesa passiva antiaérea, cuja finalidade era formar jovens aptas a cuidar dos bens materiais e simbólicos do país durante o período da guerra. Segundo a autora, os cuidados com os bens domésticos (família, filhos), deveriam ser ampliados para a nação, através da proteção de sua população e de seus bens. A mulher estava transferindo atividades privadas para o local público, sendo “guardiã dos filhos e dos bens da nação”.

De acordo com a autora, os cursos de visitadoras sociais formavam jovens para agir frente às questões sociais, geradas pelo conflito no que diz respeito às famílias dos soldados. Com a saída dos homens para o conflito, as mulheres deveriam ser orientadas a lidar com as questões relacionadas à sobrevivência e a educação dos filhos. Outro curso foi o de educadoras sociais, em que as jovens eram orientadas a auxiliar as esposas dos soldados na educação dos filhos nas creches. As voluntárias da alimentação, com seus conhecimentos sobre nutrição e higiene, deveriam orientar as donas de casa a respeito de alimentação saudável, nutritiva e barata.

As samaritanas socorristas aprendiam noções de primeiro socorros e foram capacitadas para prestarem serviços de assistência médico-hospitalar. Em 1944, estas jovens integraram a Força Expedicionária Brasileira, turma de enfermeiras que foram servir no front de guerra¹⁷⁵.

¹⁷³ *Correio da Tarde*, São Luís, p. 5, 1 de março de 1944.

¹⁷⁴ SIMILI, op. cit., p. 149.

¹⁷⁵ Ibid. p.151.

O jornal *Correio da Tarde*¹⁷⁶, de 2 de dezembro de 1943, traz um edital da Cruz Vermelha Brasileira, informando que estavam abertas as inscrições do voluntariado para o quadro de Enfermeiras da Reserva. As candidatas deveriam obedecer os seguintes critérios: ser maior de 20 e menor de 44 anos; ser viúva, solteira ou desquitada; possuir diploma de enfermeira profissional, samaritana, voluntária socorrista pela Cruz Vermelha Brasileira ou escolas credenciadas; ser brasileira ou naturalizada.

Simili¹⁷⁷ destaca alguns aspectos importantes dos cursos ministrados pela Legião Brasileira da Assistência. A participação das mulheres nos cursos ampliavam os contatos com os conhecimentos, revigorava o desejo de participação no espaço público e também possibilitava a busca pela profissionalização. Nestes cursos, antigas profissões femininas foram revigoradas, como a de educadoras e enfermeiras, e novos campos de atuação foram abertos como o de nutricionista e o de assistente social.

Outro aspecto que deve ser observado ao analisar as propostas educacionais dos cursos da L.B.A., é um reforço das habilidades e competências defendidas como típicas da feminilidade, onde as mulheres, fazendo uso de suas habilidades “naturais” e de seu patriotismo, cuidavam dos filhos da nação, contribuindo com a defesa do Brasil no conflito,

Observa-se que havia nos cursos uma proposta de preparação feminina que visava reforçar as habilidades e competências conceituadas pelos homens como inerentes ao feminino, para transformá-la em “mães da nação”: mulheres preparadas para cuidar da população, da família e das crianças que se desmembravam em várias grandes mães: mãe-zeladora da população e de seus bens – voluntárias da defesa passiva; a mãe-nutriz – as voluntárias da alimentação; a mãe-amparo, as visitadoras e as auxiliares sociais; a mãe que cuida da dor: as samaritanas e socorristas; a mãe-educadora: as educadoras populares¹⁷⁸.

Simili¹⁷⁹ destaca que os cursos realizados pela L; B. A. tinham como públicos alvos jovens de 18 a 21 anos, estudantes, solteiras e pertencentes às camadas médias da sociedade, pois estas moças estavam desvinculadas das obrigações

¹⁷⁶ *Correio da Tarde*, São Luís, p. 4, 2 de dezembro de 1943.

¹⁷⁷ *Ibid.* p.152.

¹⁷⁸ *Ibid.* p.152.

¹⁷⁹ *Ibid.* p.155

domésticas, dos deveres do lar e das responsabilidades dos trabalhos nas indústrias, nos escritórios, no comércio. Após o término do curso estas moças teriam tempo livre para se dedicar ao trabalho voluntário.

Segundo Simili, a L. B. A. atuou no Brasil em prol da assistência até 1995, quando foi extinta pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, sendo substituída pelo programa Comunidade Solidaria. Durante a existência da L. B. A., as primeiras-damas atuaram na instituição, ocupando a presidência e sendo responsáveis pela área social no governo¹⁸⁰.

A Fundação Darcy Vargas e a L. B. A. eram entidades administradas pela primeira-dama e mantidas com o dinheiro público e a doações via donativos. Uma forma de atuação e de arrecadação das mulheres das elites e das primeiras damas eram a organização de eventos, chás, festas beneficentes, para angariar fundos as instituições de caridade.

Segundo Simili¹⁸¹, em decorrência da concepção de que ao exercer a caridade as mulheres estavam exercitando habilidades de cuidar e amar, as festas e reuniões com fins beneficentes foram consideradas, por muitos, como fúteis e superficiais, ou seja, coisa de mulher rica e desocupada, que viam nestes eventos uma oportunidade de conversar, fofocar, coisas típicas do mundo feminino. Segundo a autora, não se pode ignorar a importância desses eventos para a socialização feminina e para a promoção de atividades culturais.

De acordo com Simili¹⁸², desde que passou a residir no Rio de Janeiro, eram frequente na imprensa os registros sobre a participação de Darcy Vargas em eventos beneficentes, “sócio-filantrópicos” e “político-feministas”. Segundo a autora, estas festividades foram importantes na trajetória da primeira-dama, pois ampliaram seus conhecimentos e horizontes pessoais, a partir do contato com outras pessoas. Darcy, com o objetivo de concretizar suas obras assistenciais, realizou festas beneficentes de grande porte, movimentando a vida cultural da cidade do Rio de Janeiro. Segundo a autora, a partir destas festas a primeira-dama passou a ganhar o apoio de pessoas

¹⁸⁰ Ibid. p.132.

¹⁸¹ Ibid. p.121.

¹⁸² Ibid. p.122.

influentes, nomes expressivos da elite carioca e empresários. Estes eventos serviram para projetá-la no espaço público, como uma mulher de trabalho pela caridade.

Simili¹⁸³ defende a importância do trabalho de Darcy Vargas e da L. B. A. na história social e política do Brasil, pois, era a primeira vez que a mulher ocupava um cargo de direção na política social brasileira, em um momento em que foi negada a participação da mulher na política. Chama a atenção que, apesar da historiografia sobre a assistência social reconhecer a importância da Legião Brasileira da Assistência para o Estado no tocante a políticas públicas governamentais, a historiografia sobre mulheres não menciona e nem reconhece a atuação das primeiras damas na condução das políticas sociais como uma participação da mulher na política. Isto ocorre devido a uma concepção que não reconhece os trabalhos assistenciais como atividades políticas.

Em São Luís, o serviço de assistência a infância, segundo Lima¹⁸⁴, pode ser dividido em dois períodos, o não-especializado, que corresponde o período da colônia até 1911, quando foi fundado o Instituto de Assistência à Infância do Maranhão, e período especializado que se divide em duas fases, a primeira de 1911 até restabelecimento dos trabalhos sanitários ao cargo do Estado; a segunda fase correspondendo à fundação do Departamento Estadual da Criança (1944) até os dias atuais.

O que caracterizava o período não-especializado era a ausência de um atendimento especializado para a criança e nenhuma assistência higiênico social. A primeira instituição deste período foi a Roda dos Expostos ou Casa dos Expostos, fundada em 15 de julho de 1829 por Pedro José da Costa Barros. A roda, anexada à igreja de São Pantaleão, além das crianças expostas, recebia também crianças recolhidas, asiladas por caridade e pensionistas¹⁸⁵.

Outra instituição do período não-especializado foi o Asilo de Santa Tereza, fundado em 14 de março de 1854 pelo presidente Olímpio de Machado. Instalado na casa do Largo dos Remédios, ele destinava-se ao atendimento de desvalidas e órfãs. O asilo seria uma escola de amas, mas com sua extinção em 1885, as crianças foram levadas para o Recolhimento de Nossa Senhora da Assunção e Remédios, ficando sob a

¹⁸³ Ibid. p.132.

¹⁸⁴ LIMA, Olavo Correia. História da Assistência no Maranhão. **Revista do Instituto Histórico-Geográfico do Maranhão**. Ano XXVIII. Agosto de 1951, n° 03. p.91

¹⁸⁵ Ibid. p.91 e 92.

direção de Frei Luís da Conceição Saraiva. O Recolhimento de Nossa Senhora da Assunção e Remédios foi criado em 1752 pelo jesuíta Gabriel Malagrida, e era dirigido pelas ordens das Ursulinas, amparava e recolhia pensionistas e particulares¹⁸⁶.

A fundação do Instituto de Assistência A Infância do Maranhão, em 10 de setembro de 1911, pelo médico César Corrêa de Arruda, tinha o objetivo de cuidar da saúde da infância e de sua educação moral. A grande preocupação das classes privilegiadas, neste período, era com o aumento da mortalidade infantil e da criminalidade urbana¹⁸⁷.

A fundação do Instituto da Infância do Maranhão, além de cuidar e amparar a infância pobre, destinava-se a normatizar e moralizar os comportamentos dos futuros cidadãos ludovicenses, através da educação moral da criança desvalida.

De acordo com Melo e Nascimento¹⁸⁸, os discursos e as práticas assistenciais, ao pretenderem evitar o desvio de conduta moral das crianças pobres, estavam muito mais preocupados com o interesse das elites do que com o bem estar das crianças desvalidas.

Em São Luís, este processo permite perceber ainda uma íntima relação entre a angústia promovida pelo sentimento de decadência da cidade outrora enriquecida e a necessidade de se criar, mesmo num passado fatalmente perdido, saídas que transformassem este meio decaído em florescente espaço de civilização e da ordem.

Assim, tentava-se minimizar as tensões e supostas tendências a degeneração de um povo miscigenado e pobre (...) através de uma proposta que salvasse o corpo social do desvio e da anomalia. Não se resgatava, com isso, os áureos tempos de prosperidade material e cultural que tanto despertava a nostalgia das elite ludovicenses, mas evitava com a assistência à criança pobre e potencialmente desviante, (...) o mergulho moral nas profundezas da decadência moral¹⁸⁹

A organização do Instituto de Assistência do Maranhão surgiu no seio de um grupo de intelectuais, médicos e damas das elites, preocupados com a manutenção da ordem e o progresso da sociedade ludovicense. Por isso, se responsabilizavam pela

¹⁸⁶ Ibid. p.91 e 92.

¹⁸⁷ MELO, Jeane Carla Oliveira de; NASCIMENTO, Rita de Cássia Gomes. “A Regeneração dos Costumes Parte do Alto”: a atuação das Damas de Assistência do Instituto de Assistência à Infância do Maranhão (1911-1939). In. Revista Outros Tempos, v. 7, n° 9, jul 2010. Disponível em: <http://www.outrostempos.uema.br/site/index.php/edicoes> acesso: 14/10/2011. p. 45.

¹⁸⁸ Ibid. p. 46.

¹⁸⁹ Ibid. p.46 e 47.

questão da saúde da infância pobre, elaborando um plano de ação. A diretoria do instituto era formada por homens das altas camadas da sociedade ludovicense¹⁹⁰.

O instituto foi uma entidade nascida no âmbito da iniciativa privada e subsidiada pelo poder público. O médico César de Arruda era tenente-médico do Exército. Segundo Melo e Nascimento¹⁹¹, ele fundou a instituição por considerar as mães pobres como responsáveis pelo aumento das taxas de mortalidade infantil, a medida que estas, por trabalharem fora, deixavam de amamentar seus filhos, aplicando-lhe uma alimentação artificial, altamente perigosa as crianças.

Culpando as mães pela elevação das taxas de mortalidade infantil, o médico desconsiderava a situação socioeconômica das camadas populares e os motivos que levavam estas mulheres a não amamentarem seus filhos, não reconhecendo que a pobreza vivenciada por este grupo era proveniente das desigualdades sociais e da ausência de garantia de direitos básicos para este seguimento social¹⁹².

A culpa recaía à maternidade pobre ignorante, desconsiderando a força das condições objetivas destas camadas pela miséria e carência do atendimento dos seus direitos mais básicos. Na ótica do médicos-higienistas era preciso “aculturar” esta massa despossuída de modo a evitar a expansão do “perigo social” da falta de higiene. Não entrava na discussão, portanto, as formas de retirar esta massa da pobreza extrema¹⁹³.

No Instituto de Assistência a Infância do Maranhão as mulheres atuaram como Damas da Assistência à Infância. As Damas das Assistências era uma associação feminina, criada em 1911, com objetivo de auxiliar os trabalhos da diretoria do Instituto de Assistência a Infância do Maranhão na tarefa de proteger a criança pobre. A presidência da associação foi entregue a Sra. Lucília Wilson Coelho de Sousa, uma senhora de estaque na elite ludovicense, onde permaneceu à frente da entidade por muitos anos¹⁹⁴.

¹⁹⁰ LIMA, op. Cit., p. 109.

¹⁹¹ MELO e NASCIMENTO, op. cit., 49.

¹⁹² Sobre este assunto ver MELO, Jeane Carla Oliveira de; NASCIMENTO, Rita de Cássia Gomes. “**A Regeneração dos Costumes Parte do Alto**”: a atuação das Damas de Assistência do Instituto de Assistência à Infância do Maranhão (1911-1939). In. Revista Outros Tempos, v. 7, n° 9, jul 2010. Disponível em: <http://www.outrostempos.uema.br/site/index.php/edicoes> . acesso: 14/10/2011.

¹⁹³ Ibid. P.49.

¹⁹⁴ LIMA, op. Cit., p. 105 e 106.

Cabia às Damas da Assistência arrecadar fundos para o instituto, principalmente a coleta de donativos, confecção de roupas para as crianças, realizar festas para as crianças pobres durante as datas comemorativas, ou seja, cabia a elas o lado maternal no espaço da instituição, cuidando e orientando os menores. Seriam “mães postiças” da infância desvalida, contribuindo com o bem estar social, com a manutenção da ordem e com o progresso da cidade¹⁹⁵.

As Damas da assistência não estavam presentes na diretoria do instituto, o que demonstra a hierarquia de gênero presente na instituição. À mulher cabia as atividades secundárias, o cuidado, a orientação, o zelo, habilidades consideradas naturais ao feminino pela sociedade ludovicense da primeira metade do século XX. Já ao homem ficava encarregado de administrar, gerenciar financeiramente a instituição, competências defendidas como essencialmente masculina. Porém, apesar dos discursos sobre as relações de gêneros serem reforçados nestes ambientes, não podemos deixar de considerar que, mesmo de forma tímida, a presença das mulheres nestes espaços representou uma forma inicial de atuação feminina no espaço público, considerado como local exclusivamente masculino.

Lima¹⁹⁶ destaca a resistência de algumas senhoras das elites em participarem da Associação das Damas da Assistência. Elas temiam que ao atuarem com a infância desvalida, com as classes menos favorecidas, que não se enquadravam no modelo de família burguesa cristã, poderiam se contaminar com os vícios próprios desse segmento social, ficando mal vistas pela sociedade. O trabalho com os pobres poderia incentivar a má conduta, ferir seus sentimentos religiosos, comprometendo, assim, as suas reputações.

Na década de 1930, o Estado passa a reconhecer os problemas sociais como pertencentes à esfera pública. Neste período foram criados os primeiros serviços oficiais de proteção a infância e a maternidade em São Luís. Paulo de Sousa Ramos, através do decreto nº 882 de 1 de agosto de 1944, criou o Departamento Estadual da Criança.

Segundo Lima¹⁹⁷, a administração deste órgão foi dividida em três seções: de proteção social, de organização e cooperação, e a de administração. O primeiro

¹⁹⁵ Ibid. p. 106.

¹⁹⁶ Ibid. p. 120

¹⁹⁷ Ibid. p. 127.

serviço a funcionar foi o Ambulatório de Pediatria, sob a direção do pediatra Olavo Correa Lima.

Com a estatização do Instituto de Assistência a Infância do Maranhão, Paulo Ramos convidou dona Lucília Wilson Correa de Sousa a retornar ao conselho da Associação das Damas da Assistência, porém, segundo Melo e Nascimento¹⁹⁸, neste período, ocorreu um acentuada “diminuição das sócias e da força de trabalho das Senhoras”.

Durante a pesquisa não foi possível encontrar registro da presença da Legião Brasileira da Assistência em São Luís e nem da presença de primeiras-damas maranhenses a frente desta instituição, porém, tudo leva a crer que a L. B. A. se fez presente neste Estado, à medida que era frequente nos jornais campanhas deste órgão, como a do livro e a do aço, onde ocorreu o envolvimento dos ludovicenses. A L. B. A., também tinha como objetivo a mobilização nacional através da colaboração dos governos estaduais, por meio das primeiras damas, com o propósito de unir esforços durante o conflito mundial, cabendo ao governo local a mobilização da sociedade¹⁹⁹.

As autoras Alves e Lira, em um artigo intitulado *A Comissão Estadual da L. B. A. e as Atividades Desenvolvidas no Piauí Durante a Segunda Guerra*, registram a atuação da Primeira dama Maria do Carmo de Melo na presidência desta instituição, amparando moral e materialmente os convocados para a guerra e seus familiares, e paralelamente assumindo outras funções assistencialistas junto a setores carentes da sociedade piauiense, como as crianças pobres, os idosos abandonados e os menores infratores²⁰⁰.

¹⁹⁸ Melo e NASCIMENTO, op. cit., p. 57

¹⁹⁹ Sobre este assunto ver: SIMILI, Ivana Guilherme. **Mulher e política: a trajetória da primeira dama Darcy Vargas (1930-1945)**. São Paulo: Editora, UNESP, 2008.

²⁰⁰ ALVES, Bárbara Cristina Barrinete Almeida; LIRA, Clarice Helena Santiago. *A Comissão Estadual da L. B. A. e suas atividades desenvolvidas no Piauí durante a Segunda Guerra Mundial*. (Trabalho de conclusão de bolsa de pesquisa, PIBIC-UESPI). Disponível em : www.uespi.br, acesso: 14/10/2011.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Na análise do ideal feminino no contexto da modernização em São Luís entre as décadas de 1930 a 1950, observamos que as modernidades políticas e econômicas que marcaram as décadas de 1930 a 1950, com forte influência da política do Estado Novo, tinham como lema o progresso dentro da ordem. No Maranhão, o período governado pelo interventor Paulo Ramos, foi marcado por um conjunto de obras como o plano urbanístico da Capital, cujo objetivo era remodelar e modernizar São Luís. Tais melhoramentos possibilitaram a ofertada de alguns serviços públicos, como também abriram espaços de socialização e lazer para a população da cidade, em especial ao público feminino.

Nos discursos sobre o feminino, foi possível destacar o papel da mulher neste projeto modernizador e disciplinador, onde ela era a mãe-cidadã, formadora e educadora dos futuros filhos da Pátria e, portanto, responsável pela harmonia da família e pela manutenção da ordem social. Os discursos pautados na medicina atribuíam às mulheres características como doçura, recato e fragilidade e a ideologia vigente que considerava o papel de mãe, esposa, dona de casa próprios da feminilidade. O crescimento e urbanização da cidade e o aumento da nova classe média possibilitaram uma maior oferta de oportunidades para as moças, tanto no campo profissional como educacional, ao mesmo tempo em que endureceram os discursos sobre o feminino com o intuito de mantê-las no espaço privado do lar. A imprensa foi uma grande propagadora da moral mais tradicional da época, através dos conselhos e propagandas presentes diariamente, com observamos nos jornais de São Luís.

Os papéis das primeiras damas, como esposas de homens públicos, as colocavam como representantes legítimas do modelo de feminilidade vigente em sua sociedade. As primeiras damas brasileiras, da primeira metade do século XX, deveriam considerar a maternidade como o papel mais sublime que a mulher poderia desejar; compreender a autoridade masculina e submissão feminina como atos de obediência e amor; considerarem, como mães, responsáveis pela construção do homem de amanhã. Por isso, como representantes do ideário feminino, deveriam ser filhas obedientes, esposas dedicadas, mães exemplares e mulheres capazes de representar bem seus maridos socialmente. A política moderna encontrou na valorização e exposição da

esposa pelo governante uma maneira de expor o que eles eram no privado: maridos e pais de família, contribuindo para as imagens destes como bons maridos e pais. Assim, a vida privada se transformava em crédito para a vida pública.

As décadas iniciais do século XX também foram marcadas por outra forma de participação pública feminina, a filantropia e o assistencialismo, uma forma de atuação pública das mulheres, vista como legítima e cabível nos movimentos políticos realizados pelos homens. Pois, as mulheres estavam levando suas habilidades, consideradas como naturais típicas da feminilidade, para o espaço público ao cuidar, amparar e educar os filhos de outras mães, contribuindo com a ordem, bem estar e desenvolvimento da nação.

Os preconceitos, resistências e discriminações sofridas pela maioria das mulheres no mercado de trabalho não atingia as mulheres das classes médias e altas que se envolveram com o trabalho voluntário em favor de causas caritativas. Isso porque não ameaçava a hierarquia de gênero, e sim, representava um reforço dos papéis de mãe e esposa, exaltando o papel do marido enquanto chefe de família.

As práticas filantrópicas das décadas de 1930 a 1950 foram marcantes na história brasileira devido à atuação das primeiras damas, a exemplo de Darcy Vargas na política assistencial, como pioneira, dentre as primeiras damas brasileiras, na atuação em instituições assistenciais pertencentes à estrutura do Estado. Darcy ao praticar a caridade, amparado, cuidando e educando a criança e a juventude desvalida contribuía para reforçar o discurso conservador sobre o feminino e devido a sua posição social era representante legítima do modelo ideal de mulher burguesa.

Nas décadas 1930 a 1950 apesar do aumento das possibilidades educacionais e profissionais para as mulheres das classes médias, as diferenças entre os papéis masculinos e femininos ainda eram bastante nítidas. À medida que novos espaços eram abertos ao feminino, endureciam os discursos ressaltando a permanência inabalável do casamento e defendendo o lar como local sublime onde a mulher deveria exercer sua grandiosa missão de mãe, esposa, dona de casa e educadora das futuras gerações, contribuindo com engrandecimento da nação.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

A COOPERAÇÃO DA MULHER. **Correio da Tarde**, São Luís, p. 07, de 16 de abril de 1943.

A DIFERENÇA ESTÁ NAS MÃES. **Jornal do Povo**, São Luís, p. 07, de 22 de Junho de 1950.

A mocidade, São Luís, 1935.

AMOR, RESPEITO E FELICIDADE. **Jornal do Povo**, São Luís, n. 01, p. 07, 31 de Maio de 1950.

Anuário Estatístico do **IBGE**, 1937 a 1949, disponível em: www.ibge.gov.br Acessado em:08/01/2012

A RAINHA DO LAR. **Jornal do Povo**, São Luís, p.04, 17 de Maio 1950.

A Tarde, São Luís, 1947.

BARROSO, Alfredo. **Getúlio Vargas Para Criança**. Rio de Janeiro: Biblioteca Pátria.

Correio da Tarde, São Luís, p. 07, de 10 de Agosto de 1940.

Correio da Tarde, São Luís, p. 05, de 8 de Agosto de 1940.

Correio da Tarde, São Luís, p. 4, 2 de dezembro de 1943.

Diário do Norte, São Luís, n. 337, p. 04, 02 de jan. de 1940.

Diário do Norte, São Luís, 01 de fevereiro1940, p.4.

Diário do Norte, São Luís, n. 01, p. 03, 14 de abril de 1940

Diário do Norte, São Luís, n.70, p. 02, 04 de jul. de 1940.

Diário do Norte, São Luís, n. 74, p. 03, 10 de jul. de 1941

Diário do Norte, São Luís, n. 114, p. 02, 16 de ago. de 1941.

Diário do Norte, São Luís, n.340, p. 04, 06 de jan. de 1943.

Diário do Norte, 23 de abril de 1944, ano VI, n° 1127, p.04.

Diário do Norte, São Luís, n. 3220, p. 04, 21 de abril de 1945.

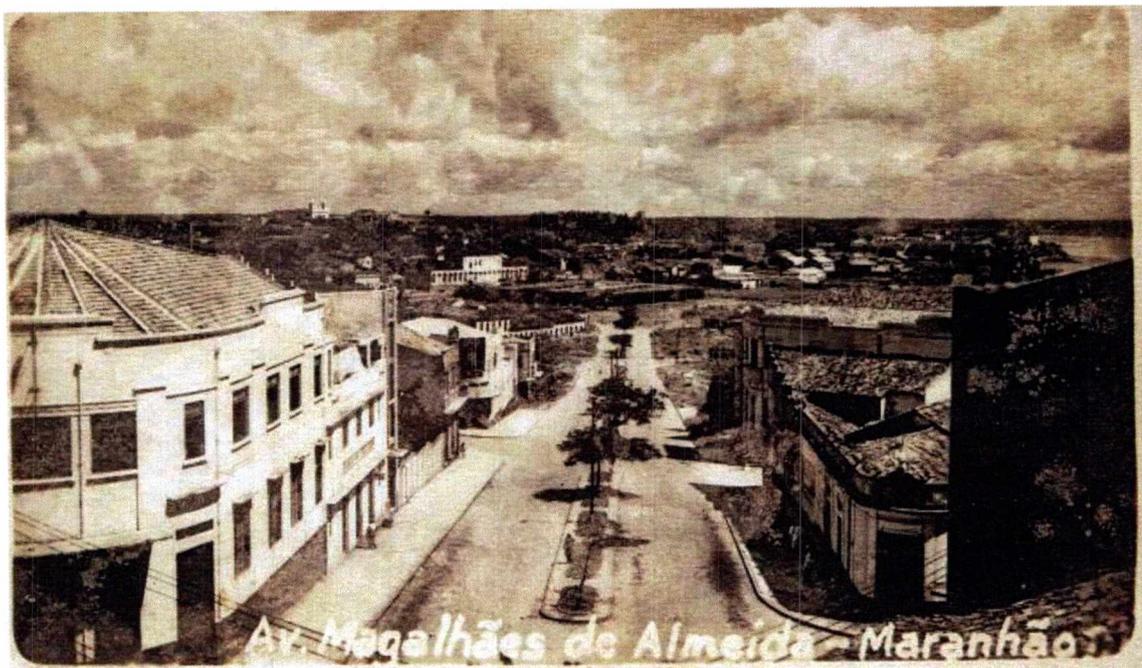
GALVÃO, Patrícia. **Parque Industrial**. 3ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

Anexo 3: Largo do Carmo Trecho do Relógio Público



Fonte: Relatório do Interventor Federal do Estado do Maranhão, 1941, p.167.

ANEXOS

Anexo 1: Avenida 10 de Novembro década 1940

Fonte: Postais de São Luís, acervo do Museu de Artes Visuais (cedido pelo Patrimônio Cultural Municipal).

Anexo 2: Largo do Carmo década de 1940

Fonte: Postais de São Luís, acervo do Museu de Artes Visuais (cedido pelo Patrimônio Cultural Municipal).

JORGE. Miércio. **Álbum do Maranhão**. 1950.

Jornal do Povo, São Luís, n. 01, p. 07, 5 de Maio de 1950.

Jornal do Povo, São Luís, n. 01, p. 05, 09 de Agosto de 1950.

Jornal do Povo, São Luís, n. 01, p. 05, 21 de setembro de 1950.

Jornal do Povo, São Luís, p. 07, de 30 de Setembro de 1950.

LIVROS PARA OS SOLDADOS. **Correio da Tarde**, São Luís, p. 5, 1 de março de 1944.

LOPES, Maurício Antonio Ribeiro (Coord.). **Código Civil**. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

NA RUA E EM CASA. **Jornal do Povo**, São Luís, n. 01, p. 07, 10 de Junho de 1950.

RECLAMAÇÕES populares (com vistas as autoridades sanitárias). **O Globo**, São Luís, n.248, p. 06, 01 de maio de 1940.

RELATÓRIO DO INTERVENTOR FEDERAL DO ESTADO DO MARANHÃO. Apresentado ao Presidente da República do Brasil: 1938 a 1943. Imprensa Oficial.

O CAMINHO DO SEU CORAÇÃO. **Jornal do Povo**, São Luís, p. 06, de 8 de Junho de 1950.

O AMOR. **Jornal do Povo**, São Luís, n. 01, p. 05, 02 de dezembro de 1950.

O Globo, São Luís, n. 243, p. 02, 25 de abril de 1940.

O Globo, São Luís, n. 1858, p. 04, 08 de nov. de 1943.

ONDE ESTÁ A GRAÇA FEMININA? **O Globo**, São Luís, n. 243, p. 02, 25 de abril de 1940.

O Globo, São Luís, n. 1858, p. 04, 08 de nov. de 1943.

OS SUBÚRBIOS. **Diário do Norte**, São Luís, n. 114, p. 02, 16 de agosto de 1941.

PALAVRAS A UMA NOIVA. **Jornal do Povo**, São Luís, n. 01, p. 05, 21 de setembro de 1950.

Revista Athenas, outubro de 1940.

SUBLIME PRIVILÉGIO. **Jornal do Povo**, São Luís, p. 07, de 15 de Novembro de 1950.

TALVEZ A CULPA SEJA NOSSA. **Jornal do Povo**, São Luís, p.04, 06 de Junho 1950.

TAREFA GLORIOSA. **Jornal do Povo**, São Luís, p. 05, de 7 de Setembro de 1950.

TUDO É POSSÍVEL AO AMOR. **Jornal do Povo**, São Luís, p. 07, de 13 de Junho de 1950.

FONTES SECUNDÁRIAS

ABRANTES, Elizabeth de Sousa (Org.). **Fazendo Gênero no Maranhão: estudos sobre mulheres e relações de gênero** (Séculos XIX e XX). São Luís: Editora UEMA, 2010.

ALVES, Bárbara Cristina Barrinete Almeida; LIRA, Clarice Helena Santiago. A Comissão Estadual da L. B. A. e suas atividades desenvolvidas no Piauí durante a Segunda Guerra Mundial. (Trabalho de conclusão de bolsa de pesquisa, PIBIC-UESPI). Disponível em: www.uespi.br, acesso: 14/10/2011.

BARBOSA, **Juliana Carneiro. Pela Hora da Morte:** os efeitos da segunda guerra mundial no custo de vida em São Luís. São Luís: 2005. (Monografia de Graduação).

BARROS, Valdenira de. **Imagens do Moderno em São Luís.** São Luís: Unigraf, 2001, p. 41.

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos Anos Dourados. In: PRIORE, Mary Del (org). **Historia das Mulheres no Brasil.** 3 ed. São Paulo: Contexto, 2000.

BESSE, Susan K. **Modernizando a Desigualdade:** Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil 1914-1940. São Paulo: USP, 1999.

BURKE, Peter (org). **A Escrita da História Novas Perspectivas.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CAMPOS, Marize Helena de. **Maripozas e Pensões:** Um Estudo da Prostituição em São Luís do Maranhão na Primeira Metade do Século XX. São Paulo: 2001. (Dissertação de Mestrado).

CAPELATO. O Estado Novo: o que trouxe de novo? .In. FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano.** 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. V.2.

CERQUEIRA FILHO, G. **A questão social no Brasil: crítica do discurso político.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. Apud. SIMILI, Ivana Guilherme. **Mulher e política: a trajetória da primeira dama Darcy Vargas (1930-1945).** São Paulo: Editora, UNESP, 2008.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril:** cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CORRÊA, Mariza. **A cidade de menores: uma utopia dos anos 30.** In. FREITAS, M. C. de. (Org.) **História Social da infância no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1997.

COSTA, Wagner Cabral da (Org.). A raposa e o Canguru. In. ----- **História Do Maranhão: novos estudos**. São Luís: Edufma, 2004.

FEITOSA, Rodrigo Miranda. PFUEGER, Grete Soares. **O Racionalismo Europeu: art déco e ecletismo, na construção da avenida magalhães de almeida**. 2º seminário DOCOMOMO N-NE, jun. 2008. Disponível: www.docomomobahia.org/AF, acesso em: 14/10/2011.

FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. V.2.

GÓIS, João Bôsko Hora. Reprodução da Hierarquia entre os Gêneros e a Preocupação com as Condições de Vida das Mulheres- A condição Feminina no Discurso do Serviço Social (1939- 1950). In: **Revista Gênero**, v.01, n.02, 1. sem. de 2001.

GOMES, Angela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

HAHNER, June Edith. **Emancipação do Sexo Feminino: A Luta Pelos Direitos da Mulher no Brasil. 1850 – 1940**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2003.

----- **A Mulher Brasileira e as suas Lutas Sociais e Políticas: 1850-1837**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LIMA, Olavo Correia. História da Assistência no Maranhão. **Revista do Instituto Histórico-Geográfico do Maranhão**. Ano XXVIII. Agosto de 1951, nº 03.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **A Fundação Francesa de São Luís e Seus Mitos**. 2.ed. rev e ampl. São Luís, 2002.

MARCÍLIO, Maria. Luíza. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MAGALHÃES, Yankee Costa. **Gênero e Política: Mulheres no Legislativo Estadual Maranhense (1934 – 2001)**. São Luís: 2004. (Monografia de Graduação).

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. **Recônditos do Mundo Feminino**. In. SEVCENKO, Nicolau (org.). História da Vida Privada no Brasil: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. V.3.

MEIRELES, Mário M. **História do Maranhão**. São Paulo: Sciliano, 2001.

MELO, Jeane Carla Oliveira de; NASCIMENTO, Rita de Cássia Gomes. **“A Regeneração dos Costumes Parte do Alto”: a atuação das Damas de Assistência do Instituto de Assistência à Infância do Maranhão (1911-1939)**. In. Revista Outros Tempos, v. 7, nº 9, jul 2010. Disponível em: <http://www.outrostempos.uema.br/site/index.php/edicoes> acesso: 14/10/2011.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Sinais da Modernidade na Era Vargas: vida literária, cinema e rádio. In. FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. V.2.

PACHECO, Maria da Glória Costa. **O “Segundo Eleitorado”**: Voto e Participação Política Feminina no Maranhão (1900 – 1934). São Luís: 2007. (Monografia de Graduação).

PERROT, Michele **As Mulheres e os Silêncios da História**. São Paulo: EDUSC, 2005.

PRIORE, Mary Del (org). **Historia das Mulheres no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2000.

Reis, José de Ribamar Sousa dos. **ZBM: O Reino Encantado da Boêmia**. São Luís: Lithograf, 2002.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A Mulher na Sociedade de Classe: Mito e Realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SARNEY, José. **Maranhão Sonhos e Realidade**. São Luís: Edições AML, 2010.

SCOTT, Jean. História das Mulheres. In. BURKE, Peter (org). **A Escrita da História Novas Perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da Vida Privada no Brasil: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. V.3.

SIMILI, Ivana Guilherme. **Mulher e política: a trajetória da primeira dama Darcy Vargas (1930-1945)**. São Paulo: Editora, UNESP, 2008.

SOIHET, Rachel. **Condição feminina e Formas de Violência: mulheres pobres e ordem urbana – 1890/1920**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989./.

----- **A História das Mulheres. Cultura e Poder das Mulheres: Ensaio de Historiografia**. In: Revista Gênero, v.02,n.01, 2.sem.de2000.

----- **O Feminismo Tático de Bertha Lutz**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006. (tese).

VELLOSO, Monica Pimenta. O Modernismo e a questão nacional. In. FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. V.2.